

MESTRADO
PROFISSIONAL
EM GESTÃO DO
TRABALHO E DA
EDUCAÇÃO NA
SAÚDE: AÇÃO E
REFLEXÕES

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE: AÇÃO E REFLEXÕES

2009

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde

José Gomes Temporão

Secretário da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Francisco Eduardo Campos

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Paulo Ernani Gadelha Vieira

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Antonio Ivo de Carvalho

Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Antenor Amâncio Filho

Secretária do Mestrado

Luzimar de Fátima Ferreira Caetano

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rua Leopoldo Bulhões 1480 - Manguinhos

CEP: 21040-360 - Rio de Janeiro - RJ

<http://www.ensp.fiocruz.br>

MESTRADO
PROFISSIONAL
EM GESTÃO DO
TRABALHO E DA
EDUCAÇÃO NA
SAÚDE: AÇÃO E
REFLEXÕES

ORGANIZADORES

Antenor Amâncio Filho

Sérgio Pacheco de Oliveira

Copyright © 2009 dos autores

Todos os direitos de edição reservados à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Tiragem da 1ª edição – 1.500 exemplares

Produção

echoes4ever studio de design

www.echoes4ever.com.br

Projeto Gráfico

Jonathas Scott

Editoração

Jonathas Scott

Capa

Jonathas Scott

Catálogo na fonte

Centro de Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

A484 Amâncio Filho, Antenor (org.)

Mestrado profissional em gestão do trabalho e da educação na saúde: ação e reflexões./organizado por Antenor Amâncio Filho e Sérgio Pacheco de Oliveira — Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ. 2009.

192 p.

1. Educação de Pós-Graduação. 2. Gestão em Saúde. 3. Educação em Saúde. 4. Avaliação em Saúde. 5. Políticas Públicas. I. Oliveira, Sérgio Pacheco de. II. Título.

CDD - 22.ed. – 378.155

Esta obra é um dos resultados do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para realização de um curso de Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Contrato de empréstimo nº 1.215/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2º estágio da Concorrência Pública Internacional nº. 179/2006 - Carta Convite 0700/2007)

Homenagem

À memória de Miguel Murat Vasconcellos, Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Professor e Orientador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que se fez encantado em 8 de maio de 2009.

SUMÁRIO

I Prefácio

Francisco Eduardo Campos

II Apresentação

Antônio Ivo de Carvalho

pg15 O Departamento de Gestão da Educação na Saúde frente aos desafios para consolidar o Sistema Único de Saúde

Ana Estela Haddad

pg21 Ações estratégicas do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde na construção do Sistema Único de Saúde

Maria Helena Machado

pg29 O Mestrado Profissional como política pública para formar recursos humanos para a saúde

Clarice Ferraz

pg35 O Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Maria Helena Mendonça

Maria Cristina Guilan

pg45 Sobre o Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Antenor Amâncio Filho

Ana Luiza Stiebler Vieira

Sérgio Pacheco de Oliveira

pg53 O Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos Humanos em Saúde (NERHUS), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

pg59 Corpo docente credenciado do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (2008/2009)

III Resumos dos Projetos de Dissertação

pg188 Fotografia no evento inaugural do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Turma 2008/2009

Prefácio

*Francisco Eduardo de Campos*¹

A qualificação da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) passa indubitavelmente pelo estabelecimento de políticas e programas no campo da força de trabalho em saúde. Hoje, denominado formalmente no âmbito do SUS como a gestão do trabalho e da educação na saúde.

Este livro apresenta em seus capítulos iniciais as políticas e os programas implementados pelos departamentos da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), seguida pela discussão sobre a importância da modalidade – mestrado profissionalizante como uma das etapas na Educação Permanente dos profissionais de saúde.

A importância deste livro se faz presente, principalmente, na fala cotidiana dos sujeitos que fazem o SUS, pelos seus resumos dos projetos de dissertação do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, que se traduzem na educação técnica profissionalizante, educação permanente em saúde, gestão do trabalho, metodologias de ensino aprendizagem, processo de trabalho e o desenvolvimento docente.

E apoiando a realização de Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, através de uma das

¹ *Secretário da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde*

mais conceituadas instituições de ensino na área, reconhecida internacionalmente, a SGTES cumpre com um de seus grandes objetivos, que é o de proporcionar a qualificação de profissionais para melhor atuarem em um campo tão complexo e onde, com certeza, estão os maiores problemas a serem enfrentados pela gestão da saúde no Brasil, pois não podemos pensar na consolidação do SUS sem que tenhamos a efetivação de políticas que valorizem aqueles que fazem a saúde acontecer, ou seja, seus trabalhadores.

Finalizando, gostaríamos de parabenizar a Coordenação do Curso pela iniciativa da publicação deste livro, que corporifica o esforço da SGTES e da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca de profissionalizar a gestão, através da formação de quadros de alto nível – Gestores e Mestres – no campo da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS, bem como a todos os que, acreditando nos objetivos propostos, chegaram até o final dessa jornada. Temos certeza de que as experiências colocadas contribuirão para que a área se torne definitivamente consolidada no âmbito da gestão do SUS.

Apresentação

*Antônio Ivo de Carvalho*¹

Na área de Saúde Coletiva, os programas de Mestrado Profissional surgiram a partir da necessidade de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos de alto nível para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) – em especial os profissionais mais diretamente vinculados e exercendo atividades nos serviços de saúde, na perspectiva de suplantar o sentido de improvisação que, historicamente, se observa no âmbito da gestão e da educação na saúde. Uma das ações empreendidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP-FIOCRUZ) para contribuir no enfrentamento das inúmeras e diversificadas dificuldades que caracterizam a área da saúde foi a inclusão, a partir de 2002, da modalidade de Mestrado Profissional em seu Programa de Pós-Graduação, com áreas de concentração em Gestão, Vigilância e Avaliação, tendo como população alvo profissionais localizados e atuantes em setores considerados prioritários para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Vencedora de concorrência pública que resultou em contrato envolvendo o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca deu início, em julho de 2008, ao curso de Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, destinado a

¹ *Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz*

dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde e gestores de recursos humanos das Secretarias Estaduais de Saúde, pertencentes ao quadro de pessoal efetivo e procedentes das Regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, esse curso é mais um passo assumido pela ENSP na sua trajetória no sentido de contribuir para a consolidação do SUS.

Este livro apresenta importantes textos que instigam reflexões a respeito da validade e pertinência do Mestrado Profissional como uma modalidade de pós graduação que articula conhecimentos acadêmicos com saberes acumulados nos serviços de saúde, que busca preservar e estimular a natureza, a especificidade e a relevância social do conhecimento científico e tecnológico para a melhoria da qualidade e das condições de vida da população e que tem como horizonte influir para modificar a hegemonia de um ensino fragmentado que hoje predomina em praticamente todas as áreas de conhecimento. Temas como Gestão da educação na saúde para consolidar o SUS (Professora Ana Estela Haddad), Ações estratégicas da gestão e da regulação do trabalho em saúde (Professora Maria Helena Machado), O Mestrado Profissional como política pública (Professora Clarice Ferraz), O Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Professoras Maria Helena Mendonça e Maria Cristina Guilam) e O Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Professores Antenor Amâncio Filho, Ana Luiza Stiebler Vieira e Sérgio Pacheco de Oliveira), alimentam a necessidade de reflexão sobre o papel destinado e a ser ocupado, no cenário educacional, pela modalidade de Mestrado profissional.

Ademais, o livro reúne os resumos dos projetos de dissertação dos alunos do curso, uma maneira singular de divulgar os estudos e as pesquisas em desenvolvimento e que, até o mês de novembro próximo, estarão concluídos em formato de dissertação. Os resultados e conclusões obtidos certamente

serão, posteriormente, apresentados em congressos e reuniões, publicados em forma de artigo em revistas especializadas e, especialmente, deverão constituir-se em instrumento norteador de práticas profissionais avançadas e transformadoras de procedimentos e processos, a serem adotados e aplicados nas instituições de origem dos alunos formados.

Cabe observar que os resumos das dissertações mostram a riqueza da produção dos alunos e seu comprometimento com as áreas de gestão e de educação para o SUS, oriundos, nesse curso, os estados de Alagoas, Sergipe, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Suas produções abordam, entre outros, temas como formação profissional, destino de egressos de cursos de formação em serviço, características do processo ensino-aprendizagem em saúde, humanização do cuidado, integralidade na atenção, precarização de vínculos, a fundação pública como estratégia de gestão do trabalho em saúde.

Agradecimentos também são devidos nesta sucinta Apresentação. Ao Francisco Eduardo Campos, Secretário de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde e às suas Diretoras Ana Estela Haddad e Maria Helena Machado; à Clarice Ferraz, Coordenadora de Ações Técnicas em Educação na Saúde; à Ena de Araujo Galvão, Aparecida Timo, Fabiana Costa e Andréia Silva; à Vice-Diretora de Pós Graduação da ENSP, Maria Helena Mendonça; à Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da ENSP, Cristina Guilam; à Cristina Straus, Adália Figueiredo, Sônia d'Azevedo e Marcella Fagundes; ao Antenor Amâncio Filho, Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Sérgio Pacheco de Oliveira, a Luzimar de Fátima Ferreira Caetano.

Por fim, agradecemos, de maneira geral, a todos que tem contribuído para o êxito das atividades desenvolvidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, dentre as quais o Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

O Departamento de Gestão da Educação na Saúde frente aos desafios para consolidar o Sistema Único de Saúde

Ana Estela Haddad²

Cabe ao Sistema Único de Saúde ordenar a formação de recursos humanos para a saúde, conforme determina o Artigo 200 da Constituição Federal. Essa atribuição passa pela organização da oferta e demanda, tomando por base as características do perfil sócio-epidemiológico de cada região do país e a distribuição populacional. Ordenar implica, ainda, determinar o perfil profissional requerido para melhor atender às necessidades de saúde da população brasileira. Por outro lado, cabe ao Ministério da Educação, entre outras ações, definir as políticas de formação na educação superior, regular as condições de sua oferta, supervisionar a sua implementação. A sólida aproximação entre os Ministérios da Educação e da Saúde tem resultado em ações setoriais que articulam a política de educação e a política de saúde, com o objetivo de promover a formação de profissionais de saúde mais bem preparados para prestar uma atenção à saúde mais resolutiva e de melhor qualidade. São claras as competências de cada Ministério, e é fundamental que toda ação setorial seja pautada pelo respeito a essa delimitação.

No contexto atual de mudanças no processo de trabalho em saúde, com a introdução de inovações tecnológicas e de novas formas de organização do trabalho, torna-se fundamental para

²Professora Doutora do Departamento de Ortodontia e Odontopediatria da Faculdade de Odontologia da USP. Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

o desenvolvimento das práticas profissionais considerar o contexto e a concepção de saúde, que têm como referências doutrinárias a Reforma Sanitária e como estratégias de reordenação setorial e institucional o Sistema Único de Saúde - SUS (Brasil, Ministério da Saúde, 1999).

Essas referências estão inspiradas no paradigma da Promoção da Saúde, que aponta a formulação de um conceito ampliado de saúde, transcendendo a dimensão setorial de serviços e, ainda, considerando o caráter multiprofissional e interdisciplinar desta produção. No âmbito do governo e da sociedade em geral, aumenta a consciência da necessidade de reordenação do sistema de saúde, no sentido de conquistar essa nova dimensão nas práticas do trabalho. Isto requer, dentre outras questões, a compreensão global do processo de trabalho, uma maior articulação entre os diversos setores, a recomposição dos trabalhos antes parcelados e o engendramento das relações que exigem compromissos e responsabilidades coletivos.

Isto significa que a atenção à saúde – e não apenas a assistência médica – precisa incorporar novos espaços de atuação profissional e novos processos de trabalho, requerendo efetivo compromisso dos trabalhadores com a concepção ampliada de saúde, estabelecendo-se a transcendência setorial e uma diversificação dos campos de prática.

Para acompanhar as mudanças destes tempos, onde a ação do trabalho tem uma dimensão que vai muito além da ação técnica, mas que incorpora questões políticas, subjetivas e de gestão, percebe-se uma intensa necessidade de renovação nos processos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional ao conjunto de trabalhadores que já atuam no setor saúde e, também daqueles que, em breve, irão aí atuar. O desafio de garantir as condições que assegurem a

definitiva constituição de uma política pública de saúde, aliada a uma política pública de educação, que sintetize noções de integralidade e equidade na busca da saúde em defesa da vida, provoca um redesenho nas articulações entre o setor saúde e o setor educação impondo uma cooperação técnica que desenvolva capacidades e competências que estimulem práticas inovadoras.

No Brasil, o processo de concepção e implementação do Sistema Único de Saúde vem tornando claro um duplo desafio: implantar um modelo de saúde universal, descentralizado, com atenção integral, gestão única e participação social e, simultaneamente, identificar, incorporar e manejar os requerimentos oriundos das intensas transformações tecnológicas da área da saúde, das modalidades de atenção com predomínio da prevenção, das transformações no papel e função do Estado e da maior competitividade entre os serviços públicos e privados.

A criação e consolidação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) foi a alternativa adotada para enfrentar o desafio da mudança em vários níveis: nas práticas de saúde, no trabalho em saúde, na formação e educação, no compromisso com a participação comunitária e na expansão de cobertura. Observa-se na ESF a ênfase em práticas não-convencionais de assistência, destacando as atividades de prevenção e promoção como forma de reorganização e antecipação da demanda, o trabalho em equipes multiprofissionais, a educação em saúde, a reafirmação dos princípios de integralidade, hierarquização, regionalização e, finalmente, a importância de ações intersetoriais. e de promover mudanças nas práticas dominantes no sistema de saúde.

O Pacto de Gestão pelo SUS reforça e reafirma a importância estratégica da descentralização e da regionalização do sistema de saúde, introduzindo mudanças significativas nesses aspectos, principalmente com relação ao repasse de recursos

financeiros. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, eixo estruturante das ações do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), é regulamentada pela Portaria nº 1996/2007. As Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES) vinculam-se aos Colegiados de Gestão Regional (CGR) e atuam como o ponto de enlace das diversas estratégias e atores envolvidos na implantação e consolidação das ações da educação na saúde. O repasse de recursos na modalidade fundo a fundo, do Ministério da Saúde para as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde é realizado mediante a apresentação do Plano de Educação Permanente. Este repasse, regular e anual, garante a inserção da educação permanente dos trabalhadores do SUS, na agenda dos gestores, de acordo com as necessidades loco-regionais e ao mesmo tempo, em articulação com as prioridades estabelecidas pelo Pacto pela Saúde.

A Educação Profissional em Saúde vem ganhando destaque numa perspectiva vertiginosa de transformação, pois as práticas de ensino profissional, desde os tempos da Reforma Sanitária Brasileira, têm sido palco de inúmeras e profundas mudanças que o setor da saúde tem promovido em busca da efetiva implementação do Sistema Único de Saúde.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), dedica, nos Art. 39 a 42, capítulo especial à Educação Profissional, que no Brasil ganha importante destaque por estabelecer o saber constituído no exercício produtivo – conhecimento tácito/competência empírica, compreendendo três níveis de complexidade: Básico, destinado à qualificação de trabalhadores independente da escolaridade; Técnico, destinado à habilitação profissional dos alunos egressos do ensino médio, e Tecnológico, destinado aos alunos egressos do ensino médio e técnico, correspondendo ao ensino superior.

A Lei nos impõe pensar modos de promover a aproximação entre mundo do ensino e mundo do trabalho quando reforça, em todos os dispositivos da educação, a importância do mundo do trabalho nas ações da formação. A produção de bens, conhecimento e serviços se associam como indutoras da construção de currículos voltados à realidade e contextualizados com as necessidades sociais.

Na área da saúde, os referenciais curriculares nacionais da Educação Profissional apontam para transformações do trabalho e da formação e definem os caminhos da profissionalização, centrando-as na noção de competências, isto é, habilidades e atitudes profissionais, determinando que as ações, saberes e práticas não são adquiridos somente pela educação formal (espaços escolares), mas pela produção de conhecimentos advindos da vida e do trabalho. Portanto, integrar a Educação Superior com a Educação Profissional é tão urgente quanto é urgente integrar o mundo do ensino ao mundo do trabalho e estabelecer projetos de sociedade que mudem o ensino e o trabalho.

Os trabalhadores de nível técnico respondem por aproximadamente 60% da força de trabalho no SUS. Isto significa que a efetivação do SUS está expressivamente nas mãos (no sentido objetivo) dos egressos do ensino técnico. Daí a importância de desencadear novos modos educativos, buscando alcançar um perfil de trabalhador comprometido com a realidade e produtor de um fazer em saúde que promova a autonomia individual e coletiva, concebendo a formação profissional em saúde como capaz de fazer-se campo de produção de novos saberes e instituidora de novas práticas.

Ações estratégicas do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde na construção do Sistema Único de Saúde

*Maria Helena Machado*³

Gestão do Trabalho é uma política que trata das relações de trabalho na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do SUS. O trabalhador é visto como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não como um mero recurso humano realizador de tarefas. Nessa abordagem, o trabalho é visto como um processo de trocas, de criatividade, co-participação e co-responsabilização, de enriquecimento e comprometimento mútuos. E o gestor é visto como sendo aquele que opera as ações e políticas referentes ao campo da gestão do trabalho, na perspectiva de uma área estratégica do Sistema Único de Saúde.

Essa política pressupõe a garantia de requisitos básicos para a valorização do trabalhador da saúde e do seu trabalho através de Plano de Carreira, Cargos e Salários, de vínculos de trabalho com proteção social, de negociação das relações de trabalho, de capacitação e educação permanente dos trabalhadores, de humanização da qualidade do trabalho e de saúde do trabalhador, entre outros. A implementação dessa política vem sendo realizada a partir de 2003, com a criação da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS).

³Socióloga, Doutora em sociologia, Pesquisadora Titular da ENSP/FIOCRUZ. Diretora do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde. E-mail: machado@ensp.fiocruz.br; helena.machado@saude.gov.br

Desde sua criação o DEGERTS atua em três grandes áreas: gestão, regulação e negociação. Assim o Departamento definiu como políticas prioritárias: a desprecarização do trabalho; a carreira profissional no SUS; a saúde do trabalhador da saúde; a negociação do trabalho; a regulação do trabalho em saúde e a estruturação da gestão do trabalho e da educação na saúde.

O Pacto firmado entre os gestores do SUS das três esferas de governo apresenta mudanças substantivas na condução e operação do SUS, quais sejam: substituição do processo cartorial de habilitação pela adesão aos Termos de Compromisso de Gestão (TCG); regionalização solidária e cooperativa na descentralização das ações e serviços de saúde; integração das várias formas de repasse de recursos federais. O documento das Diretrizes do Pacto pela Saúde – Consolidação do SUS contempla o pacto firmado entre os gestores do SUS em suas três dimensões: Pacto pela vida, Pacto em defesa do SUS e Pacto de gestão.

O Pacto pela vida é o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. O Pacto em Defesa do SUS expressa o compromisso entre os gestores do SUS com a consolidação da reforma Sanitária Brasileira e se materializa na defesa dos princípios do SUS fixados na Constituição de 1988. O Pacto de gestão estabelece as diretrizes e ajusta compromissos para a gestão do sistema quanto à descentralização, regionalização, planejamento.

A gestão do trabalho e educação na saúde está entre os novos compromissos que os gestores firmaram no Pacto de gestão. Importante registrar que existe um bloco no âmbito deste pacto referente à área do trabalho e da educação. Aqui estaremos falando das ações que envolvem diretamente o Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS).

Primeiro, o pacto de gestão estabelece que a política de gestão do trabalho e da educação para o SUS é um eixo estruturante e deve buscar a valorização do trabalho e dos trabalhadores da saúde, o tratamento dos conflitos, a humanização das relações de trabalho. Desta forma, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde é entendida como política estratégica de reconhecimento e valorização do trabalho, por si, e de conseqüentes efeitos positivos na qualidade da atenção à saúde da população.

Segundo, que as diretrizes para o Plano de Carreiras, Cargos e Salários no âmbito do Sistema Único de Saúde (PCCS-SUS) devem ser um instrumento que visa regular as relações de trabalho e o desenvolvimento do trabalhador, bem como a consolidação da carreira como instrumento estratégico para a política de recursos humanos no SUS. A elaboração das Diretrizes Nacionais do PCCS-SUS e, posteriormente sua publicação pela Portaria/GM nº. 1.318/2007, evidencia a estreita relação entre o pacto e as políticas nacionais adotadas pelo Ministério da Saúde. Em linhas gerais, o PCCS-SUS aponta para que seja realizado o esforço nacional, em todas as esferas de governo, de reorganizar os trabalhadores do SUS em estruturas de carreiras que atendam à valorização profissional, buscando a melhoria do atendimento à população. A abrangência é a mais ampla possível, ou seja, destina-se a todos os trabalhadores do SUS, ativos e aposentados, nas três esferas de governo. Sua aprovação na Mesa Nacional de Negociação do SUS, na Tripartite e no Conselho Nacional de Saúde garante o acordo entre gestores e trabalhadores em realizar este esforço nacional. Norteiam as diretrizes os seguintes conceitos: Concurso Público; Identidade de Trabalhadores do SUS; Perspectiva de desenvolvimento na Carreira SUS; Gestão democrática e compartilhada - gestores e trabalhadores; Avaliação de desempenho profissional e

institucional; Estruturação dos planos em dois cargos amplos – Assistente em Saúde e Especialista em Saúde; Incentivos salariais para dedicação exclusiva ao SUS, atuação na Atenção Básica; Inserção em local de risco e de difícil acesso e outros que a realidade local exigir.

Terceiro, a necessidade de promover relações de trabalho que obedeçam às exigências do princípio da legalidade da ação do estado e de proteção dos direitos associados ao trabalho, é outra premissa do pacto de gestão. A flexibilização dos vínculos e dos direitos trabalhistas, estimulada e fortemente praticada na década de 1990 no SUS, produziu um exército de trabalhadores em situação de absoluta precarização de trabalho. A criação do Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS (Portaria/GM nº. 2.430/2003), evidencia a consonância das políticas adotadas pelo Ministério da Saúde e o Pacto de gestão. Outra ação do DEGERTS que visa reduzir as condições precárias de trabalho na SUS refere-se à criação (já aprovada na Mesa Nacional de Negociação) do Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador da Saúde. Entre seus objetivos está a formulação das Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS.

Quarto, o empenho em fomentar os processos de negociação entre gestores e trabalhadores através da instalação de Mesas de Negociação junto às esferas de gestão municipais e estaduais do SUS. A reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, em 2003, o protocolo assinado por trabalhadores e gestores para a instalação do Sistema Nacional de Negociação Permanente com a criação de mesas nos estados e municípios e os demais protocolos firmados, reafirmam esta sintonia. Hoje a Mesa Nacional é uma realidade em pleno funcionamento há seis anos e com importantes protocolos firmados a partir de consenso entre

trabalhadores e gestores. Destacam-se os protocolos:

- 1) Regimento Institucional da Mesa Nacional;
- 2) Instalação das Mesas Estaduais e Municipais;
- 3) Criação do Sistema Nacional de Negociação no SUS;
- 4) Curso Nacional (a distância) de Negociação do Trabalho no SUS; 5) Cedência de Pessoal no SUS;
- 5) Diretrizes Nacionais do PCCS-SUS;
- 6) Política Nacional de Desprecarização;
- 7) Proposta para criação do Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador da Saúde (em processo).

Por fim, o pacto de gestão aponta para a necessidade das secretarias municipais e as secretarias estaduais de saúde envidarem esforços para a criação ou fortalecimento de estruturas de recursos humanos, objetivando cumprir um papel indutor de mudanças, tanto no campo da gestão do trabalho quanto no campo da educação na saúde. O Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho no SUS (ProgeSUS) busca exatamente cumprir com essa premissa do pacto de gestão, qual seja, organizar o setor (criar, modernizar, fortalecer e equipar); capacitar dirigentes e equipes a partir das demandas da área; dotar a área de ferramentas gerenciais capazes de transformar a área em um setor apto a prover os gestores de informações e dados relevantes para a tomada de decisão.

Muitos têm sido os esforços institucionais para que esta realidade se concretize e se torne definitivamente uma política pública do SUS: a gestão do trabalho. No campo da formação, o mestrado profissional é uma estratégia importantíssima na cadeia do processo formativo de gestores de alto nível para a gestão do SUS nas três esferas de governo. Além desta grande iniciativa do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, levada a cabo pela Escola Nacional

de Saúde Pública Sergio Arouca, outras tantas iniciativas têm demonstrado quão importante é qualificar aqueles que fazem a gestão do trabalho em saúde. Citamos, por exemplo: Oficina de Qualificação dos Gestores para elaboração de projetos para o ProgeSUS; Cursos de Atualização de Informação e Informática em Gestão do Trabalho; Cursos de Especialização em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; Cursos de Atualização em Política Educacional e Legislação da Educação em Saúde; Cursos de Atualização em Legislação do Trabalho em Saúde.

Vale ressaltar que todo o esforço nacional representado pelo ProgeSUS vem contando com a estreita colaboração e parceria, além da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (coordenadora do processo) e da Organização Panamericana de Saúde, de uma rede de colaboradores acadêmicos da área da gestão do trabalho e da educação: Instituto de Medicina Social/UERJ; Núcleo de Educação em Saúde Coletiva/UFMG; Faculdade de Ciências Médicas/Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ; Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/UFRN; Instituto de Saúde Coletiva/UFMT; Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva/UFES; Instituto de Ciências da Saúde/UFPA, na realização do Curso de Negociação do Trabalho no SUS e Cursos Internacionais de Especialização em Recursos Humanos/CIRHUS, estes com a participação de profissionais de países vizinhos e parceiros do Brasil. Todo este conjunto de iniciativas em andamento no ProgeSUS já soma mais de 2.500 gestores capacitados em gestão do trabalho e da educação na saúde. No entanto, consideramos ainda muito pouco, queremos que estas parcerias cresçam, se multipliquem e permitam, em um futuro próximo, termos estas iniciativas com base estadual, acompanhando a realidade regional e formando quadros profissionais para assumir integralmente o ProgeSUS em seus estados.

O Mestrado Profissional como política pública para formar recursos humanos para a saúde

Clarice Ferraz⁴

1. O Mestrado Profissional como política pública

Discorrer sobre o mestrado profissional como política pública nos remete a análise de um processo recente e em construção. Os cursos de mestrado profissional foram regulamentados pelo MEC-CAPES em 1995, com a Portaria nº. 47, quando foi sistematizado documento de orientação intitulado “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação senso estrito em nível de mestrado (CAPES, 1995). Posteriormente, publica-se a Portaria nº.80, que dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais (CAPES, 1998), dando maior grau de liberdade nas proposições de cursos, mantendo, no entanto, a modalidade de autofinanciamento, o que institui uma polêmica, porque a Constituição Federal proíbe a cobrança do ensino público de seus alunos. Ao incluir o mestrado profissional no âmbito da educação regular, a própria política de governo faz uma indicação às instituições de ensino superior privadas, uma vez que, para essas, a cobrança de mensalidade é perfeitamente lícita (Ribeiro, 2005). Com a Portaria nº 7, de 2009, a CAPES passa a regular a oferta de mestrado profissional mediante chamadas públicas e assume a avaliação dos cursos ofertados (CAPES, 2009).

⁴Coordenadora Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

Essa medida representa grande avanço em termos de política pública como explicitado em entrevista pelo presidente da CAPES, Professor Jorge Guimarães, ao informar que a demanda por formação profissional levou o MEC a rever o modelo anterior, afirmando “a decisão do Ministro da Educação, Fernando Haddad, de transformar o mestrado profissional em política de Estado” (O Globo, 21/06/2009).

A decisão do governo de investir em mestrados profissionais vislumbra o fortalecimento de instituições públicas de interesse da sociedade, assegurando a formação de pessoal da alta qualificação para atuarem em áreas profissionais de relevância social, na medida em que possibilita o aumento do potencial interno de geração e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos no seu processo produtivo.

2. O fortalecimento de instituições que gerenciam recursos humanos na saúde

É urgente estimular a formação de recursos humanos em saúde para ocuparem postos na área da gestão da formação profissional e na gestão dos serviços de saúde. Todavia, é preciso fazê-lo segundo novos paradigmas de qualidade e o mestrado profissional pode ajudar no desenvolvimento dessas capacidades porque toma como referência a práxis, na medida em que prioriza o mundo do trabalho:

“ Os mestrados profissionais podem ser vistos como cursos que, a partir de uma visão horizontal do saber consolidado em um campo disciplinar com as evidentes relações interdisciplinares, busca enfrentar problemas concretos, utilizando, de forma direcionada, o conhecimento existente para equacionar tais problemas. Seu objeto é a aplicação, em um campo profissional definido, de conhecimentos e métodos científicos atualizados” (Gazolla, 2003).

Do ponto de vista histórico da universidade pública brasileira, é sabido que sua vocação na pós-graduação é para o mestrado tradicional, denominado mestrado acadêmico, cujo determinante maior é o de expor o mestrando à literatura científica da área e às técnicas de pesquisas, qualificando-o para o doutorado e o magistério superior. Diferentemente, o mestrado profissional, requer uma aproximação entre os trabalhos conduzidos pela universidade e as demandas existentes no campo profissional. As pesquisas desenhadas geralmente geram interpretações da prática política e delineamentos de linhas de ação, o que, a nosso ver, proporciona um encurtamento dos prazos de aplicabilidade da produção de conhecimento, sendo esse um dado altamente relevante no fortalecimento das instituições, uma vez que rapidamente qualificam suas práticas com base nos resultados das pesquisas.

No entanto, esse é um enorme desafio para a área da gestão de recursos humanos em saúde, determinado pela necessidade de integrar com rigor a pesquisa no seu processo de desenvolvimento e conseguir a aplicabilidade dos resultados para transformar a realidade estudada, que quase sempre tangencia a ordem do político-institucional. Então, o mestrado profissional, por ser uma temática que implica no político-institucional, cria densidade em sua importância, considerando que o próprio trabalhador sujeito pesquisador, ao ser qualificado profissionalmente torna-se ator crítico e interpenetrado na problemática da política institucional. Esse sujeito apresentando-se, agora, melhor instrumentalizado para operar com maior governabilidade, propondo soluções científicas, técnicas, econômicas ou políticas. Acreditamos que somente fortalecendo processos cognoscitivos e de interpretação ampliada da realidade da gestão de recursos humanos em saúde, poder-se-á atuar com coerência na busca de alternativas de impacto, o que reverterá em fortalecimento institucional.

Essa análise indica que a seleção dos alunos para o mestrado profissional deve ser efetuada obedecendo a normas regimentais, contudo sem desconsiderar condicionantes que se ajustem aos propósitos que as instituições demandantes desejam alcançar. Assim, se a seleção dos alunos tiver sido bem feita, também seus trabalhos ao longo do curso e, sobretudo, se a produção do conhecimento gerado pela pesquisa constituir-se de intervenções bem sucedidas, o mestrado profissional possibilita resolver problemas concretos por profissionais devidamente capacitados.

3. O incentivo do Ministério da Saúde ao Mestrado Profissional

O Departamento de Gestão da Educação na Saúde abriu, em 2007, uma linha de incentivo ao mestrado profissional, quando ainda, conforme referenciado anteriormente, essa etapa educacional era governada pela questão do financiamento. Entretanto, o Departamento, pela via do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), em seu componente de fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS, encontrou o caminho que possibilitou buscar Instituições de Ensino Superior para ofertar cursos de pós-graduação em nível de mestrado profissional, mediante o convênio UNESCO/BID/MS.

Por meio de seleção pública, contratou-se a Universidade do Vale do Itajaí (SC) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, para ofertarem cursos de Mestrado Profissional na área de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Cada uma das instituições selecionou 30 alunos/trabalhadores procedentes das ETUS e das secretarias de saúde estaduais das cinco regiões do País.

Uma das expectativas é que os profissionais de nível superior, ao serem qualificados, possam qualificar suas práticas pedagógicas e de gestão do trabalho e, com isso, alcançaremos uma segunda dimensão que é a de melhor formar os técnicos de nível médio inseridos no SUS. Conseqüentemente, geraremos impactos de qualidade na rede de atenção à saúde, propiciando avanços significativos.

Outra expectativa é a de titular profissionais que constituam um quadro permanente de auxílio nas tomadas de decisões, considerando que o resultado almejado com sua formação é a de que esse profissional saiba identificar, reconhecer, e, sobretudo, utilizar-se da pesquisa como elemento que agrega valor à sua atividade cotidiana. Esse profissional ao empoderar-se de conhecimento, adquire visão crítica e plural para interferir positivamente no ambiente profissional, promovendo o fortalecimento de sua instituição de trabalho.

4. Referências

CAPES, Portaria nº.47, de 17 de outubro de 1995.

CAPES, Portaria nº. 7, de 22 junho de 2009.

GAZZOLA, A.L.A. Considerações iniciais sobre os conceitos de mestrado profissional e de especialização. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAPES, Portaria nº.80, de 16 de dezembro de 1998.

RIBEIRO, R.J. O mestrado profissional na política atual da Capes. RBP9, v.2, n.4; p.8-15, julho 2005.

O Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca⁵

Maria Helena Mendonça⁶, Maria Cristina Guilam⁷

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) é uma unidade de ensino, pesquisa e serviços de referência da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Ministério da Saúde. Tem por objetivos formar e capacitar pessoal para a área de saúde pública, produzir conhecimento científico, prestar serviços de saúde, realizar cooperação técnica e assessoria especializada, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira. Situada no Campus de Manguinhos, no Rio de Janeiro, a ENSP possui o maior programa de pós-graduação da América Latina na área de saúde pública.

Como antecedentes para a implementação da modalidade de Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação stricto sensu da ENSP, mencione-se a existência de novos cenários e desafios no campo do ensino, exigindo a construção de modelos mais adequados e que incorporassem competências atualizadas e necessárias a uma sociedade de complexidade crescente sem, contudo, perder-se a perspectiva de qualidade. A estratégia de implantar cursos de Mestrado Profissional, a partir de 2002, atendeu às demandas institucionais de formação de quadros altamente qualificados na área da Saúde Pública, num contexto de formação em serviço. Os resultados

⁵ Texto construído a partir do documento "Diretrizes Políticas e Acadêmicas para o Mestrado Profissional em Saúde Pública". Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, organizado por Gideon Borges dos Santos. Rio de Janeiro, 2008. (mimeo.) ⁶ Vice-Diretora da Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz ⁷ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz

até agora alcançados apontam para a grande importância que essa modalidade vem assumindo não só para o Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da ENSP, mas para a própria área da Saúde Coletiva. Tendo um objetivo bastante diferenciado dos mestrados e doutorados acadêmicos, que visam a formação de docentes e pesquisadores, o mestrado profissional permite ampliar a capacidade de formação de recursos humanos estratégicos para os Sistemas Único de Saúde e de Ciência e Tecnologia em Saúde.

O objetivo dessa modalidade de Mestrado é formar profissionais comprometidos com novos conceitos e práticas, com processos dinâmicos de transformação institucional e de inovação gerencial, para atuarem como indutores de mudança em suas instituições de trabalho. O Mestrado Profissional da na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca foi aprovado pela CAPES em 2002 e oferece cursos em três áreas de conhecimento – Gestão em Saúde, Vigilância em Saúde e Desenvolvimento e Políticas Públicas. No momento encontram-se em andamento os Cursos de Mestrado Profissional em Gestão de Tecnologias em Saúde, para profissionais do Ministério da Saúde (inclusive ANVISA) e Secretarias de Saúde; Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde, para profissionais da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul; Mestrado Profissional em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, para profissionais da FIOCRUZ, Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO); Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, para dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde e gestores de recursos humanos das Secretarias Estaduais de Saúde das Regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste; Mestrado Profissional em Gestão de Informação e Comunicação em Saúde, para profissionais do DATASUS; Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde

na Amazônia, para profissionais das Secretarias Estaduais de Saúde do Pará e Rondônia; Mestrado Profissional em Avaliação em Saúde, para profissionais que atuam em programas DST/AIDS; Mestrado Profissional em Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, para profissionais da FIOCRUZ e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Os cursos têm em comum o fato de terem sido organizados com o objetivo de qualificar o profissional com competências necessárias para o enfrentamento de circunstâncias resultantes da complexidade crescente da política de saúde, cada um deles procurando responder a um conjunto particular de necessidades. Não há, como na modalidade acadêmica, a repetição seqüencial de um programa pré-estabelecido. Os cursos são organizados em torno de temáticas específicas como, por exemplo, vigilância em saúde, formação de gestores para o SUS, gestão de política científica e tecnológica, gestão da informação e comunicação em saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde. Importante destacar que a estrutura pedagógica é organizada por áreas temáticas, numa articulação estreita com a prática profissional. A matriz curricular e os módulos de aprendizagem se orientam para a integração teoria-prática, compartilhamento de experiências, autonomia de pensamento, atividades presenciais e a distância orientadas para a resolução de problemas e para a tomada de decisão, sobressaindo, além de aulas, a realização de seminários, encontros e fóruns de discussão, estudos de caso, elaboração de projetos, visitas técnicas.

Comprometidos com processos de transformação institucional e de inovação gerencial, os cursos de Mestrado Profissional exigem dos docentes esforço no desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas, de material didático próprio e de tecnologias de ensino que possibilitem atender aos alunos que permanecem nos seus locais de trabalho, com as atividades de aulas em períodos concentrados.

Mestrado Profissional em Gestão de Tecnologias em Saúde

Objetivo: Qualificar profissionais com conhecimentos específicos em gestão e avaliação de tecnologias em saúde; desenvolver habilidades para realizar pesquisas operacionais, processos, produtos e metodologias; obter novos conhecimentos através da prática da investigação científica.

Clientela: Profissionais de nível superior lotados no Ministério da Saúde, em Brasília, inclusive na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, e nas Secretarias de Saúde da Região Centro-Oeste.

Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde

Objetivo: Capacitar gestores e outros profissionais da saúde em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de Vigilância em Saúde.

Clientela: Profissionais de saúde, com curso superior completo, vinculados às Secretarias de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás, e das Secretarias Municipais de Saúde das capitais desses estados e dos municípios sede das macrorregiões de Mato Grosso do Sul (Dourados e Três Lagoas).

Mestrado Profissional em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Objetivo: Implementar novos mecanismos de gestão nas instituições de CT&I em Saúde, estimulando a geração de conhecimentos e de inovações e sua aplicação no desenvolvimento econômico e social.

Clientela: Profissionais de nível superior que atuem na gestão das seguintes instituições de CT&I em Saúde: FIOCRUZ, Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Instituto de Traumatologia e Ortopedia (INTO), cuja participação conta com apoio institucional, a partir de sua contribuição para inovações na instituição de origem.

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Objetivo: Formar profissionais para atuar no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde.

Clientela: Dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde e gestores de recursos humanos das Secretarias Estaduais de Saúde, graduados, pertencentes ao quadro de pessoal efetivo e procedentes das Regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

Mestrado Profissional em Gestão de Informação e Comunicação em Saúde

Objetivo: Capacitar profissionais para a gestão e desenvolvimento de sistemas, redes, serviços, processos e produtos de Informação e Tecnologia de Informação em Saúde, incorporando, de forma crítica e criativa, inovações relevantes para sua melhoria e para a apropriação mais equânime dos seus benefícios pelo conjunto da população brasileira.

Clientela: Egressos do Curso de Especialização de Informação e Informática em Saúde, das turmas de 2005 e 2008, que atuam nos campos da informação e tecnologia em saúde associados às atividades de gestão, gerenciamento e desenvolvimento

de recursos informacionais aplicáveis a ambientes de gestão, regulação, administração, assistência, vigilância e promoção à saúde, formação de equipes técnicas e demais práticas associadas às tecnologias de informação e comunicação relacionadas com a saúde da população nas esferas federal, estadual, municipal e local (incluindo os estabelecimentos de atenção à saúde, tanto hospitalares quanto ambulatoriais).

Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde na Amazônia

Objetivo: Intensificar o processo de educação permanente dos profissionais do SUS na Amazônia, na área da Vigilância em Saúde, de forma a proporcionar a seus profissionais-alunos egressos, melhores condições para o enfrentamento, e equacionamento, dos grandes e graves problemas de saúde existentes na Região.

Clientela: Alunos egressos dos dois Cursos de Especialização em Vigilância das Doenças Transmissíveis realizados na Amazônia no biênio 2006/2007, em conformidade com as prioridades previamente estabelecidas pela Rede Nacional de Formação de Recursos Humanos do SUS. Nestes termos estão habilitados a participar do processo de seleção a este Mestrado os egressos dos seguintes Cursos:

- 1) Curso de Especialização em Vigilância das Doenças Transmissíveis, ministrado em Porto Velho/RO, no biênio 2006/2007, parceria da ENSP/FIOCRUZ e UNIR;
- 2) Curso de Especialização em Vigilância das Doenças Transmissíveis, ministrado em Belém do Pará/PA, no biênio 2006-2007, parceria das Universidades de São Paulo (USP) e Estadual do Pará (UEPA).

Mestrado Profissional em Avaliação em Saúde

Objetivo: Formar mestres em avaliação de programas de controle de processos endêmicos, com capacitação para realizar trabalho avaliativo, considerando as dimensões sócio-históricas e técnico-operacional da avaliação, tendo por sustentação os processos de comunicação, educação permanente e reprodução de conhecimento em avaliação para o desenvolvimento de uma gestão transformadora.

Clientela: Alunos egressos dos seguintes cursos de especialização:

- a) Curso de Especialização de Avaliação em Saúde da Rede de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde (RFRH/VS), ministrado pela ENSP em parceria com a UFMT no biênio 2007/2008;
- b) Curso de Especialização de Vigilância em Saúde e Avaliação de Programas de Controle de Processos Endêmicos, no biênio 2005/2006;
- c) Curso de Especialização de Avaliação de Programas de Controle de Processos Endêmicos, com ênfase em HIV/DST/AIDS, no biênio 2004/2005.

Além de ter concluído um dos cursos de especialização acima mencionados, o candidato deve comprovar experiência e atuação em Serviços de Vigilância em Saúde, seja em instituições de nível federal, estadual ou municipal.

Mestrado Profissional em Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

Objetivo: Fortalecer, no contexto brasileiro e latino-americano, a capacidade de gestão pública nos vários setores envolvidos na área de desenvolvimento por meio de formação teórica e capacitação técnica de gestores que atuam no campo da

formulação, implementação, análise e avaliação de políticas públicas.

Clientela: a) Profissionais do setor público federal brasileiro que possuam nível superior, com diploma de curso reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que atuem na formulação, gestão, implementação, avaliação, controle e regulação de políticas públicas; b) Profissionais da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) e de países membros dessa entidade que trabalhem em órgãos do setor público, com diploma de nível superior reconhecido por órgão competente no país de emissão do diploma.

O notável o crescimento do conhecimento científico produzido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca nos últimos anos, pode ser observado pela consolidação dos diferentes grupos de pesquisa/docência bem como pelo fortalecimento de suas linhas de pesquisa. A modalidade acadêmica de mestrado e o doutorado são, há alguns anos, reconhecidos como referência nacional e muito bem avaliados pela CAPES. A instituição da modalidade profissional vem atender a necessidade crescente de formação e capacitação de técnicos em serviço para a pesquisa operacional,

Para lidar com as especificidades do mestrado profissional e integrar os diversos cursos em andamento, foi instituído, no final de 2008, o Fórum do Mestrado Profissional da ENSP, composto pelo Vice-Diretor de Pós Graduação, o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e os Coordenadores dos Cursos de Mestrado Profissional da Escola. Entre seus desafios, merecem destaque:

- a) A maior integração entre os Cursos de Especialização e os de Mestrado Profissional;

- b) A regulação do Mestrado Profissional em seus diversos aspectos, ou seja, a aprovação de novos cursos, o acompanhamento das turmas em andamento, o credenciamento de docentes, o estabelecimento de prioridades a serem atendidas;
- c) O estabelecimento de normas específicas, já que as do Mestrado Acadêmico nem sempre se aplicam ao Mestrado Profissional, criando dificuldades na operacionalização dos cursos;
- d) A necessidade de estabelecer uma relação mais próxima e compartilhada com a instituição demandante do Mestrado Profissional durante todo o seu desenvolvimento, incluindo o acompanhamento dos egressos;
- e) O enfrentamento da dificuldade da orientação a distância em relação aos alunos localizados em regiões onde o acesso à internet é precário;
- f) A necessidade de estimular os alunos a divulgar melhor os resultados do Mestrado Profissional, em especial mediante a publicação de artigos.

Por fim, é importante chamar a atenção para o fato de que o Mestrado Profissional na ENSP vem se afirmando como uma tendência mais permanente e de longo prazo, sendo considerado a alternativa mais viável para a formação de quadros estratégicos e lideranças que atenderão às funções essenciais da saúde pública. As tecnologias de ensino utilizadas, a estrutura organizacional flexível, o fato de serem cursos demandados institucionalmente, com foco específico na resolução de problemas, os temas e as propostas de intervenção explicitadas nas dissertações concluídas, constituem um conjunto de fatores reveladores de que o mestrado profissional representa uma efetiva contribuição nas diferentes instâncias do Sistema Único de Saúde.

Sobre o Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

*Antenor Amâncio Filho*⁸ *Ana Luiza Stiebler Vieira*⁹ *Sérgio Pacheco de Oliveira*¹⁰

Apesar de reconhecida como ação estratégica para a construção do Sistema Único de Saúde, a formação de recursos humanos é, ainda, uma questão em busca de equacionamento que, há longo tempo, vem preocupando educadores, pesquisadores, planejadores e formuladores de políticas públicas para a área da saúde. As dificuldades a serem identificadas e enfrentadas nesse terreno podem ser mais bem compreendidas quando se pensa que, no momento contemporâneo, a formação desses profissionais - consideradas as diferentes categorias profissionais que o campo da saúde abarca - envolve um conjunto de variáveis para garantir que os princípios e as diretrizes que regem o SUS sejam preservados e fortalecidos, de maneira que sua implementação aconteça sob os marcos dos direitos sociais e da atenção integral à saúde, com equidade e universalidade.

Nesse contexto, amplia-se o elenco de proposições e de alternativas que merecem ser debatidas e refletidas com coragem, sensatez e acuidade, relacionadas a medidas para (re)organizar a oferta de serviços preventivos e curativos com base nas necessidades da população, ao cumprimento da legislação que prevê e garante as fontes orçamentárias para a saúde, à gestão do trabalho e da educação na saúde, à

⁸Doutor em Educação. Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: amâncio@ensp.fiocruz.br ⁹Doutora em Enfermagem. Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. E-mail: stiebler@ensp.fiocruz.br ¹⁰Doutor em Saúde Coletiva. Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. E-mail: spacheco@ensp.fiocruz.br

regulação das práticas no âmbito da saúde, à afirmação da responsabilidade sanitária sob a lógica de um pacto federativo assentado na descentralização e na regionalização das ações da saúde. Destaca-se ainda, como um dos eixos centrais do debate, a precariedade das relações de trabalho que atinge os profissionais que atuam no sistema de saúde, com repercussões na sua formação e na sua relação com a qualidade, o cuidado e a humanização nas ações de atenção ao doente, em conformidade com a premissa da saúde como qualidade de vida¹¹. As mudanças no modelo de atenção ocorrem e são resultantes do processo de formação e da qualidade do trabalho desenvolvido pelo profissional da saúde e garantido a esses o direito a condições de trabalho dignas, incluindo remuneração justa e a possibilidade de manter-se atualizado em relação aos avanços científicos e tecnológicos que ocorrem no âmbito de sua profissão.

Formar recursos humanos para a saúde representa, portanto, firmar uma estreita e articulada parceria entre as políticas das áreas da educação e da saúde, às quais deve estar aliada a de ciência, tecnologia e inovação em saúde, dando corpo a um movimento que demonstre ser necessário romper com a prática de políticas setoriais isoladas. Levando em conta “a relação entre educação e trabalho, a mudança na formação e na produção de conhecimento e a recomposição das práticas de atenção, gestão, ensino e controle social no setor saúde”¹², essa agenda intersetorial é estratégica para favorecer o intercâmbio entre os serviços de saúde, as instituições públicas e privadas de ensino e as de ciência e tecnologia, com vistas à consecução compartilhada de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos diversos níveis de atenção à saúde da população, contribuindo para a discussão que envolve a autonomia universitária e o ordenamento, pelo Sistema único de Saúde, da formação de seus recursos humanos, como explicita o Artigo 200 da Constituição Federal.

11Essas e outras questões de igual importância foram apresentadas, debatidas e aprofundadas no “Simpósio Sobre Política Nacional de Saúde da Câmara dos Deputados”, realizado em Brasília, DF, nos dias 28, 29 e 30 de junho de 2005, evento de iniciativa de parlamentares, de dirigentes de instituições (ABRASCO, CEBES, Rede Unida, ABRES) e de lideranças comprometidas com o fortalecimento do SUS. 12Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 12ª Conferência Nacional de Saúde Sergio Arouca. Relatório Final. Ministério da Saúde, Brasília, 2004. p. 116

A partir da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, o movimento de repensar a gestão do trabalho e da educação na saúde adquiriu maior abrangência, aprofundamento, reconhecimento e visibilidade, possibilitando estabelecer uma extensa pauta de propostas e de reivindicações, ao longo dos últimos anos, tendo em vista a necessidade de efetivar iniciativas no campo da gestão e da formação/qualificação dos trabalhadores da saúde. O Relatório Final da 9ª Conferência Nacional de Saúde, de 1992, destacava que “a gestão do trabalho em saúde se distingue por sua especificidade e coloca o desafio de uma mudança que incorpore qualificação, competência e responsabilização”, reafirmando a relevância de experimentar novos modelos de gestão e de educação que contemplassem as características específicas das relações de trabalho nas instituições de saúde.

Mais recentemente, em 2003, com a criação, na estrutura do Ministério da Saúde a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) com dois departamentos, o de Gestão da Educação na Saúde e o de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde, teve início um decisivo processo de articulação entre os campos da gestão e da educação na saúde, com ênfase para o permanente diálogo com entidades representativas dos gestores estaduais e municipais, da sociedade civil organizada e dos trabalhadores.

Instituído esse formato, configurou-se um conjunto de medidas e de iniciativas tanto no âmbito da gestão do trabalho quanto no da educação na saúde, destacando-se a preocupação com a formação dos gestores que atuam nos espaços institucionais responsáveis pela implementação das políticas de gestão das relações de trabalho e de formação dos trabalhadores do SUS. Nesse contexto se insere o Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde da Escola Nacional de

Saúde Pública Sergio Arouca, com carga horária total de 1.440 horas, oferta de 30 (trinta) vagas, com as atividades em sala de aula ocorrendo em períodos de concentração de uma semana por mês, em horário integral.

As linhas de pesquisa contempladas pela instituição embasam o programa do curso, consonância essa que possibilita maior integração das práticas gerenciais com as educacionais, de modo que os fins políticos – qualidade dos serviços de saúde – sejam traduzidos em objetivos pedagógicos – ampliar e aprofundar a formação dos profissionais que atuam no setor. A interface entre os conteúdos do curso, a competência do corpo docente e as linhas de pesquisa em andamento sobressaem como aspectos extremamente facilitadores para o processo de aprendizagem em que os alunos estão envolvidos.

O Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, enquanto estratégia facilitadora do crescimento intelectual e profissional do trabalhador da saúde, tem como pressuposto que, além da necessidade de possuir competência técnica e científica na especificidade de cada profissão, é preciso, na aprendizagem, estabelecer uma ponte entre os conteúdos apreendidos na escola e os requerimentos do mundo do trabalho, mediante um processo que leve em conta a experiência de vida, as aptidões e as características individuais do aluno, assim como as exigências que lhe são colocadas no cumprimento de suas obrigações profissionais e sociais. Tem-se como essencial que os alunos conheçam não somente o contexto em que exercem as atividades profissionais, como também o papel a ser cumprido pela instituição na qual atuam no Sistema Único de Saúde.

Cabe assinalar que a complexidade que envolve o processo de aprendizagem nessa modalidade de curso de pós-graduação

vem provocando reflexões sobre as políticas para a melhoria dos serviços prestados tanto pelas instituições de ensino quanto de saúde, identificando desafios específicos frente à vocação e oportunidades loco-regionais. Nessa perspectiva, é necessário que os profissionais que atuam na saúde detenham tanto o domínio de procedimentos técnicos indispensáveis ao exercício profissional quanto visão crítica em relação às contradições e dilemas que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Na trajetória percorrida na realização do curso, assinalada por constantes reflexões que antecederam a cada ajuste necessário na execução do projeto, sem ocasionar perda dos conteúdos programáticos e da excelência do ensino ofertado, algumas lições tem sido recordadas e outras, novas, aprendidas, com diversos questionamentos sobressaindo das análises e ponderações levadas a efeito pelos componentes do grupo coordenador e condutor do Mestrado. Ao longo dessa caminhada, iniciada em julho de 2008 e a ser finalizada em novembro de 2009, com a defesa das dissertações dos alunos matriculados, algumas dessas inquietações (e, mesmo, proposições) merecem ser aqui relacionadas, sem obedecer a uma ordem de prioridade:

- a) O debate sobre a necessidade da formação de profissionais com foco no conceito ampliado de saúde, requer que os entendimentos entre as áreas da educação (envolvendo, em especial, dirigentes, professores e alunos) e da saúde (com ênfase na participação de gestores, trabalhadores da saúde e usuários dos serviços), precisam acontecer mediante uma articulação mais estreita, tanto em nível federal (por exemplo, entre os Conselhos Nacionais de Saúde e da Educação) como, simultaneamente, entre as instituições e organismos ligados à saúde e ao ensino localizadas nos estados e nos municípios. Esse movimento deve assentar-se no envolvimento e no comprometimento dos Conselhos de educação e da saúde, sindicatos,

organismos representativos dos segmentos da sociedade civil organizada, instâncias e órgãos públicos e privados, de modo a criar uma extensa base de sustentação para a formulação e implantação de políticas públicas transformadoras;

- b) A sensibilização e a internalização, por parte dos cidadãos em geral, deverá ser resultado de uma forte (longa e demorada) ação conjunta de várias instâncias da sociedade, na perspectiva de mudar a cultura, a mentalidade social arraigada na cura da doença e não na sua prevenção e na promoção da saúde, tendo como eixo e horizonte melhores condições e qualidade de vida;
- c) É necessário “trabalhar” o conceito ampliado de saúde, junto à população, o mais precocemente possível, isto é, desde o início do itinerário formativo de todo cidadão, Educar para a vida é educar para a saúde e essa é uma questão ideológica que se funda no modelo de sociedade que se deseja construir. É preciso ter presente que, quando se faz necessário implementar projetos e programas direcionados para a inclusão social, significa que essa mesma sociedade, da forma como se conforma, tende e promove a exclusão;
- d) Três questões merecem ser trazidas para o debate no campo da saúde: a) como pensar (e agir) solidária e coletivamente em uma sociedade que preza e incentiva o individualismo, o egoísmo, a vantagem pessoal; b) como formar profissionais para um mercado de trabalho em mutação constante, que flexibiliza continuamente as relações de trabalho (quais conteúdos, habilidades e competências o trabalhador necessita dominar, exercitar e saber criticar) e, c) como aprender a lidar com os desafios, as mudanças e contradições em um mundo em que o conhecimento não mais se dá fundamentalmente no âmbito escolar e acadêmico;
- e) Quando da elaboração da Proposta Técnica do curso, que define os conteúdos programáticos e as práticas pedagógicas serem cumpridas, realizar uma escuta e considerar na proposta as carências e as aspirações

identificadas e manifestadas por entidades representativas das instâncias mais diretamente responsáveis pelas ações de promoção da saúde, de prevenção da doença e de assistência ao doente, incluindo como interlocutores privilegiados o CONASS e o CONASEMS. Essa interação permitirá estabelecer com maior precisão as propostas de objetos de estudos mais relevantes para intervir sobre determinada realidade, a serem investigados pelos alunos;

- f) Realizar cursos de Mestrado Profissional por estado ou região, tendo como eixo e foco central problemas e questões comuns ao grupo de participantes, de modo que os alunos formados, compondo uma “massa crítica” qualificada, possam contribuir de maneira mais efetiva e realista para intervir, no âmbito loco-regional, nos processos de formação e de gestão na saúde;
- g) A instituição responsável pela execução do Mestrado Profissional deve promover a aproximação e a articulação com outras instituições de ensino superior, em especial as universidades, com o sentido não apenas de identificar docentes com titulação e produção acadêmica que os credenciem a ministrar aulas e orientar alunos do curso mas, também, para ampliar o debate no meio acadêmico para além dos espaços de atuação daquelas categorias consideradas como típicas da área da saúde.
- h) O Mestrado Profissional, uma modalidade de pós graduação recente, por suas próprias características e finalidades se constitui enquanto um processo em construção contínua, exigindo que sejam criados e instituídos mecanismos de avaliação tanto de resultados quanto do desenvolvimento desse processo educacional.

Por último, porém não menos importante, merece registro a profícua interação entre os próprios alunos e entre estes, os pesquisadores-docentes e a coordenação do curso, marcada pela participação crítica em todo o processo, interação que tem se mostrado um componente positivo para a reflexão em relação a maneira de cada um de nós atuar e de contribuir para fortalecer as ações promovidas e cumpridas pelo Sistema Único de Saúde.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos Humanos em Saúde (NERHUS), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos Humanos em Saúde (NERHUS), localizado no Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, foi criado na década de 1970 e, a partir de então, constituiu-se como referência para o debate das ações governamentais na área da formação e da gestão de recursos humanos em saúde. Ao longo de sua trajetória de mais de trinta anos, o NERHUS vem propondo, elaborando e realizando estudos e investigações com a permanente preocupação de subsidiar políticas públicas compatíveis e sensíveis à problemática da adequação, modernização e da valorização da força de trabalho em saúde, apoiando e incentivando o debate em torno de concepções da gestão do trabalho e da educação na saúde, na regulação do exercício profissional em saúde, nas relações entre os países parte do Mercosul e de Regiões de Fronteiras.

Para consecução de seus objetivos, o NERHUS atua, prioritariamente, com as seguintes áreas temáticas: Perfis Profissionais em Saúde, Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Formação de Recursos Humanos em Saúde; Sistemas

de Informações em Saúde; Mercado de Trabalho em Saúde; Promoção da Saúde; Regulação do Trabalho e da Educação no Mercosul e Regiões de Fronteiras; Trabalho. Educação e Saúde; Ética na Formação e na Prática Profissional em Saúde,

Dentre as atividades do NERHUS no âmbito do ensino, da pesquisa e da cooperação técnica, levadas a efeito considerando os princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde, destacam-se:

- Análises quantitativas e qualitativas das categorias profissionais de saúde, buscando compreender e determinar a importância das especialidades profissionais;
- Estudos da dinâmica dos processos de trabalho em saúde, com especial enfoque nas questões educacionais, corporativas, sindicais e político-institucionais que caracterizam a área da saúde no Brasil e nos demais países do Mercosul;
- Análises de modelos de formação e de gestão de pessoal da área da saúde, com o intuito de responder a demandas de profissionais para as estruturas institucionais do setor;
- Elaboração da Proposta Técnica e condução do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realização de Cursos de Especialização em Recursos Humanos em Saúde, de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social, Internacional em Gestão de Políticas de Recursos Humanos em Saúde (CIRHUS Países Andinos); Internacional de Especialização em Gestão de Políticas de Recursos Humanos em Saúde (CIRHUS Cone Sul); Cursos de Aperfeiçoamento em Promoção da Saúde na Escola e de Negociação do Trabalho

no SUS; Cursos de Atualização Curso de Atualização em Gestão do Trabalho no SUS (ProgeSUS/MS), em Informação e Informática para a Gestão do Trabalho no SUS e de Legislação para a Gestão do Trabalho no SUS;

- Oferta de disciplinas no Programa de Pós Graduação stricto sensu em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Gestão do Trabalho em Saúde no Contexto de Mudanças, Introdução à Promoção da Saúde. Mercado de Trabalho em Saúde, Variáveis e Indicadores para Análises de Recursos Humanos em Saúde; Trabalho, Educação e Saúde);
- Responsabilidade pelas ações da Estação Observatório de Recursos Humanos em Saúde da ENSP, que integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ObservaRH), coordenada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, com a cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde/OPAS/Brasil. A Estação é uma referência nacional para o debate das ações governamentais na área de políticas e estudos sobre recursos humanos, trabalhadores e profissionais da saúde. Adota como estratégia a realização de estudos e pesquisas de caráter analítico, envolvendo coleta de dados primários e secundários.

Ademais, o NERHUS tem representação institucional em diversos órgão e entidades das áreas da educação e da saúde, como na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde, no Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Fórum dos Coordenadores dos Mestrados Profissionais da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Equipe Técnica

Maria Helena Machado.

Doutora em Sociologia (IUPERJ), Pesquisadora Titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: machado@ensp.fiocruz.br

Antenor Amâncio Filho.

Doutor em Educação (UFRJ), Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: amancio@ensp.fiocruz.br

Ana Luiza Stiebler Vieira.

Doutora em Enfermagem (UFRJ), Pesquisadora Titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: stiebler@ensp.fiocruz.br

Eliane dos Santos de Oliveira.

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Pesquisadora colaboradora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: oliveira@ensp.fiocruz.br

Maria de Fátima Lobato Tavares.

Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Pesquisadora Titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: flobato@ensp.fiocruz.br

Márcia Teixeira.

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: marciatx@fiocruz.br

Mônica Carvalho de Mesquita Werner Wermelinger

Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Professora-Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: monicaw@fiocruz.br

Neuza Maria Nogueira Moysés.

Mestre em Educação (UFF), Pesquisadora Associada da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: moyses@ensp.fiocruz.br

Sérgio Pacheco de Oliveira.

Doutor em Saúde Coletiva (UERJ), Pesquisador Adjunto da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: spacheco@ensp.fiocruz.br

Sérgio Tavares de Almeida Rego.

Doutor em Saúde Coletiva (UERJ), Pesquisador Adjunto da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: rego@ensp.fiocruz.br

Secretaria

Cíntia Maria Barbosa Santos.

Técnica em Informática, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ. E-mail: cintia@ensp.fiocruz.br

Os profissionais que atuam no NERHUS são fortemente comprometidos com a Saúde Pública, conscientes da necessidade de superar limitações e entraves dos processos educacionais e gerenciais para atender às exigências do Sistema Único de Saúde. Na sociedade atual, as mudanças no mundo do trabalho assinalam para a emergência de elaborar estratégias que permitam formar recursos humanos que respondam pelas atividades de promoção, de prevenção e de assistência à saúde com suficiente domínio técnico e ético para lidar e operar as crescentes inovações tecnológicas que marcam nossa época, capazes de atuar politicamente para melhorar as condições de saúde (e de vida) da população.

Corpo docente credenciado do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - (2008/2009)

Ana Luiza Stiebler Vieira

Doutora em Enfermagem (UFRJ). Áreas de Atuação: Profissões e gestão do trabalho e da educação em saúde. E-mail: stiebler@ensp.fiocruz.br

André de Faria Pereira Filho

Doutor em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: História da Saúde e da Profissão Médica, Saúde Coletiva, História das Profissões de Saúde, Profissão Médica, Sociologia das Profissões. E-mail: apereira@fiocruz.br

Antenor Amâncio Filho

Doutor em Educação, (UFRJ). Áreas de Atuação: Gestão do trabalho e da educação na saúde; Educação profissional na saúde; Educação médica; Trabalho, educação e saúde; Profissões em saúde. E-mail: amancio@ensp.fiocruz.br

Antonio Ivo de Carvalho

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Áreas de atuação: Análise do Processo de Formulação e Implementação de Políticas Públicas; Gestão de Sistemas de Saúde, Controle Social. E-mail: aivo@ensp.fiocruz.br

Carlos Otávio Fiúza Moreira

Doutor em Educação (PUC/RIO). Áreas de atuação: Avaliação da Qualidade do Ensino, Filosofia e Sociologia da Educação, Profissão, Trabalho e Formação em Saúde, Educação e Saúde. E-mail: otavio@ensp.fiocruz.br

Creuza da Silva Azevedo

Doutora em Psicologia (USP). Áreas de atuação: Subjetividade e Gestão em Saúde; Abordagem Psicossociológica aplicada às Organizações de Saúde; Mudança Organizacional; Gestão Hospitalar; Planejamento e Gestão em Saúde. E-mail: creuza@ensp.fiocruz.br

Cristiani Vieira Machado

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Proteção Social e Saúde; Desenvolvimento, Estado e Saúde; Federalismo, relações intergovernamentais e políticas de saúde; Formulação e Implementação de Políticas Públicas e Saúde; Planejamento e Gestão de Sistemas de Saúde. E-mail: cristiani@ensp.fiocruz.br

Eliana Claudia de Otero Ribeiro

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Recursos humanos em saúde; Educação nas ciências da Saúde, Educação médica, Desenvolvimento e Avaliação, Educação Permanente em Saúde. E-mail: elicor@terra.com.br

Eliane dos Santos de Oliveira

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Profissões, Trabalho e Gestão de Saúde, Perfis Profissionais, Indicadores de Gestão em Saúde, Recursos Humanos no Mercosul. Linhas de pesquisa: Profissões e Mercado de Trabalho em Saúde. E-mail: oliveira@ensp.fiocruz.br

Elizabeth Artmann

Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP). Áreas de atuação: Planejamento e Gestão Estratégica em Saúde/Análise de Cenários; Cultura e Mudança Organizacional; Démarche Stratégique/Gestão Hospitalar; Intersubjetividade e Gestão. E-mail: artmann@ensp.fiocruz.br

Francisco Campos Braga Neto

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Teorias Organizacionais, Administração Pública, Mudança Organizacional, Planejamento e Gestão em Saúde, Organização de Sistemas e Serviços de Saúde; Gestão Hospitalar. E-mail: francisc@ensp.fiocruz.br

Francisco Javier Uribe Rivera

Doutor em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Planejamento e Gestão Estratégica de Sistemas e Serviços de Saúde, Agir comunicativo e Gestão Organizacional. E-mail: uribe@ensp.fiocruz.br

José Inácio da Mota Jardim

Mestre em Educação em Saúde UFRJ). Áreas de atuação: Educação, Trabalho e Saúde, Produção de Materiais Pedagógicos, Educação Permanente, Avaliação e Acreditação Pedagógica. E-mail: inacio@ensp.fiocruz.br

Luciana Dias de Lima

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Formulação e Implementação de Políticas Públicas e Saúde; Planejamento e Gestão de Sistemas de Saúde; Proteção Social e Saúde; Desenvolvimento, Estado e Saúde; Federalismo, Relações Intergovernamentais e Políticas de Saúde; Economia em Saúde. E-mail: luciana@ensp.fiocruz.br

Marcelo Rasga Moreira

Doutor em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Políticas públicas, Teoria social, Metodologia da pesquisa social, Democracia, participação social e conselhos de saúde, Condições de vida e atendimento a crianças e adolescentes. E-mail: rasga@ensp.fiocruz.br

Márcia Teixeira

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Política e Gestão do Trabalho em Saúde; Trabalho em Saúde; Profissão e Trabalho em Saúde; Formação e Mercado de Trabalho em Saúde, Profissão e Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. E-mail: marciatx@fiocruz.br

Maria Alice Pessanha de Carvalho

Mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde (UFRJ). Áreas de atuação: Educação em Saúde, Educação, Saúde e Cidadania, Recursos Humanos em Saúde, Educação popular, Residência multiprofissional em saúde. E-mail: alicep@nullensp.fiocruz.br

Maria Alicia Dominguez Ugá

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Financiamento de Sistemas de Saúde no contexto das políticas macroeconômicas; Análise de Desigualdades no Financiamento de Sistemas de Saúde; Instrumentos de Regulação de Sistemas de Saúde. E-mail: domingue@ensp.fiocruz.br

Maria de Fátima Lobato Tavares

Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Política e Gestão de Recursos Humanos; Promoção da Saúde; Profissão e gestão do trabalho e da educação em saúde. E-mail: flobato@ensp.fiocruz.br

Maria de Fátima Moreira Martins

Mestre em Ciência da Informação (UFF). Área de atuação: Biblioteconomia e Ciência da Informação, com ênfase em estudos de produção e uso da informação. E-mail: fmartins@cict.fiocruz.br

Maria Helena Machado

Doutora em Sociologia (IUPERJ). Áreas de atuação: Profissão e gestão do trabalho e da educação em saúde; Formação e Mercado de Trabalho em Saúde; Políticas e Gestão do Trabalho em Saúde. E-mail: machado@ensp.fiocruz.br

Maria Helena Magalhães de Mendonça

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Análise do Processo de Formulação e Implementação de Políticas Públicas; Proteção Social e Equidade em Saúde; Desenvolvimento, Estado e proteção social em saúde; Avaliação de políticas e programas de saúde na Atenção Básica. E-mail: mhelenam@ensp.fiocruz.br

Maria Inês Carsalade Martins

Doutora em Saúde Coletiva. Áreas de atuação: Recursos Humanos em Saúde, Política e Planejamento Governamentais, Gestão do Trabalho em Saúde. E-mail: mines@fiocruz.br

Marilene de Castilho Sá

Doutora em Psicologia (USP). Áreas de atuação: Subjetividade e Gestão em Saúde; Cuidado em Saúde; Humanização da Assistência; Abordagem Psicossociológica aplicada às Organizações de Saúde; Gestão Hospitalar; Planejamento e Gestão em Saúde. E-mail: marilene@ensp.fiocruz.br

Marismary Horsth De Seta

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde; Gestão, Vigilância Sanitária e Federalismo. E-mail: deseta@ensp.fiocruz.br

Miguel Murat Vasconcellos

Doutor em Engenharia Biomédica (COPPE/UFRJ). Áreas de atuação: Informação em Saúde; Gestão de Sistemas de Saúde; Políticas em saúde coletiva; Desigualdades sociais, modelos de desenvolvimento e saúde; Avaliação de políticas, sistemas e programas de saúde. E-mail: miguel@ensp.fiocruz.br

Mônica Silva Martins

Doutora em Saúde Pública, Université de Montréal (Canadá). Áreas de atuação: Avaliação de serviços e tecnologias em Saúde; Avaliação do desempenho e da qualidade dos serviços; Informação em Saúde. E-mail: martins@ensp.fiocruz.br

Neuza Maria Nogueira Moysés

Mestre em Educação (UFF). Áreas de atuação: Políticas e Gestão do Trabalho em Saúde, Formação e Mercado de Trabalho em Saúde; Profissões e gestão do trabalho e da educação em saúde. E-mail: moyses@ensp.fiocruz.br

Paulo Marchiori Buss

Mestre em Medicina Social (UERJ). Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Federação Mundial das Associações de Saúde Pública, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (2001-2004 e 2005-2008). Áreas de atuação: Saúde Pública e Saúde Coletiva, Determinantes Sociais de Saúde, Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Sistemas e Programas de Saúde, Promoção da Saúde. E-mail: buss@fiocruz.br

Pedro Miguel dos Santos Neto

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Recursos Humanos em Saúde, Planejamento em Saúde. Sociologia das Profissões, Trabalho em Saúde, Planejamento e Administração de Recursos Humanos. E-mail: pedromiguel@cpqam.fiocruz.br

Roberta Gondim de Oliveira

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Políticas e Gestão do Sistema de Saúde, Saúde Coletiva. Linhas de Pesquisa: Avaliação de Políticas Públicas, Educação em Saúde. E-mail: robertagondim@ensp.fiocruz.br

Rosa Maria Souza de Pastrana

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Gestão em Saúde, Saúde Coletiva, com ênfase em financiamento, relações intergovernamentais, planejamento estratégico e economia da saúde. E-mail: rosamaria@fiocruz.br

Sérgio Pacheco de Oliveira

Doutor em Saúde Coletiva (UERJ) Áreas de atuação: Políticas e Gestão do Trabalho em Saúde; Formação e Mercado de Trabalho em Saúde; Informações em Saúde; Vigilância Sanitária. E-mail: spacheco@ensp.fiocruz.br

Sergio Tavares de Almeida Rego

Doutor em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Ética Aplicada, Bioética Clínica, Educação e Saúde, Bioética em Pesquisa, Educação Médica. E-mail: rego@ensp.fiocruz.br

Silvia Maria Porto

Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Economia da Saúde; Financiamento de Sistemas e Serviços de Saúde; Custos em Saúde; Alocação de Recursos; Equidade em Saúde. E-mail: sporto@ensp.fiocruz.br

Silvia Gerschman de Leis

Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Áreas de atuação: Análise do Processo de Formulação e Implementação de Políticas Públicas; Capital Social, Sociedade Civil e Democracia Participativa; Políticas Sociais e de Saúde; Proteção Social e Equidade em Saúde; Avaliação de políticas, sistemas e programas de saúde. E-mail: gerschman@ensp.fiocruz.br

Soraya Almeida Belisário

Doutora em Saúde Pública (UNICAMP). Áreas de atuação: Políticas de saúde e gestão e formação de recursos humanos em saúde, Profissões de Saúde, Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. E-mail: dadaya@medicina.ufmg.br

Tânia Celeste de Matos Nunes

Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Áreas de atuação: Saúde Coletiva e Educação na Saúde; Educação e Comunicação em Saúde. E-mail: tcnunes@fiocruz.br

Tatiana Wargas de Faria Baptista

Doutora em Saúde Coletiva (UERJ). Áreas de atuação: Análise do Processo de Formulação e Implementação de Políticas Públicas; Gestão de Sistemas de Saúde; Políticas Sociais e de Saúde; Proteção Social em Saúde; Desenvolvimento, Estado e Saúde. E-mail: twargas@ensp.fiocruz.br

RESUMOS DOS PROJETOS DE DISSERTAÇÃO

1. Necessidades de informação para Escolas Técnicas do SUS
Adailton Isnal
– pg69
2. Educação a Distância como estratégia para a difusão de políticas públicas: a experiência do Curso de Especialização em Gestão da Clínica na Atenção Primária à Saúde no Estado de Minas Gerais
Aline Branco Macedo
– pg73
3. Os limites e as possibilidades da produção do material didático pedagógico para a implantação da política de educação permanente em saúde: a experiência de Sergipe
Cláudia Menezes Santos
– pg77
4. Sistemas corporativos: o olhar de gestores de recursos humanos do sistema estadual de saúde de Minas Gerais
Cristina Luíza Ramos da Fonseca
– pg81
5. Análise da avaliação do processo de ensino-aprendizagem do Curso de Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica de Saúde de Brasília na perspectiva dos docentes
Cristina Maria Figueira Machado
– pg85
6. Precarização de vínculo e suas implicações subjetivas para os docentes da Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão”
Denise Rodrigues Fortes
– pg89
7. Contribuição da matriz curricular da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESPMT), para a qualificação do processo de trabalho dos Técnicos em Enfermagem que atuam no Programa Saúde da Família
Eliete Balbina dos Santos Saragiott
– pg93
8. Educação permanente em saúde e planejamento estratégico situacional: o caso da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí
Iolete Soares da Cunha
pg97 –
9. O desafio da profissionalização dos trabalhadores de nível médio na gestão em serviços de saúde
Isa Martim Rafael Chrisóstomo
pg101 –
10. Programa de educação permanente e continuada da equipe de enfermagem da Clínica Médica do Hospital Universitário Clemente de Faria: análise e proposições
Iza Manuella Aires Cotrim-Guimarães
pg105 –
11. Estratégia para articulação ensino-serviço no SUS-BA: rede de integração da educação e trabalho na saúde
Jamile Oliveira Lima
pg109 –
12. Contribuição do Curso de Formação Profissional em Auxiliar de Consultório Dentário na prática dos serviços de saúde e na vida dos profissionais envolvidos
Jaqueline Alves Lopes Sartori
pg113 –
13. Formação do Agente Comunitário de Saúde na organização da atenção primária, com perspectiva de mudança do modelo de atenção
Jucineide Proença da Cruz Schmidel
pg117 –
14. A Fundação Hospitalar de Saúde na SES de Sergipe e as estratégias de gestão do trabalho: examinando o caso do Hospital de Urgência de Sergipe.
Katiene da Costa Fontes
pg121 –

15. A FE no SUS: Fundação Estatal como proposta de gestão do trabalho para a Estratégia Saúde da Família na Bahia
Laíse Rezende de Andrade
– pg125
16. A prática pedagógica nos cursos de educação profissional técnica de nível médio em saúde: a visão do professor
Laura Maria Pinheiro Leão
– pg129
17. A profissionalização do Técnico em Patologia Clínica: o caso da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso em evidência
Lissandra Maria Cavalcante de Moraes
– pg133
18. Formação e prática: visão dos egressos do Curso Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental da Baixada Cuiabana
Márcia Regina de Magalhães Baicere
– pg137
19. O Curso Técnico em Farmácia na ETSUS-SP: contribuições para o debate
Maria Cecília Machado Greco
– pg141
20. Os vínculos subjetivos com o trabalho em um hospital público no estado de Sergipe: desafios para uma política estadual de educação permanente
Maria da Conceição de Santana Lima
– pg145
21. Démarche estratégica em unidade materno infantil do Piauí: análise da participação na gestão do processo de humanização
Maria de Jesus Dias de Araújo
– pg149
22. Integralidade: sentido, construção e aplicação para os técnicos de enfermagem
Marta de Fátima Lima Barbosa
– pg153
23. A política de educação permanente em saúde para conselheiros e agentes sociais no estado de Mato Grosso (2005-2006): um estudo sobre seu processo decisório
Nídia Fátima Ferreira
pg157–
24. Caracterização dos Docentes do Curso de Qualificação de Agente Comunitário de Saúde no estado de Mato Grosso
Nilene Duarte
pg161 –
25. Análise do processo de trabalho da Equipe de Apoio Institucional, com foco na gestão do trabalho e da educação, na atenção básica no estado da Bahia
Renata Maria de Oliveira Costa
pg165 –
26. A formação profissional do Auxiliar de Enfermagem: a experiência do Projeto Larga Escala no município de Natividade/RJ
Sandra Ferreira Gesto Bittar
pg169 –
27. Avaliação da aprendizagem dos alunos na educação profissional de nível médio em saúde: análise dos processos avaliativos da Escola Técnica do SUS Prof^a. Ena de Araújo Galvão, na perspectiva dos professores
Sílvia Helena Mendonça de Moraes
pg173 –
28. O perfil de competências do trabalhador de nível técnico no campo das vigilâncias
Tânia Kátia de Araújo Mendes
pg177 –
29. As políticas de gestão da educação: limites e possibilidades diante da flexibilização do trabalho no Sistema Único de Saúde
Tereza C. Guimarães
pg181 –
30. Avaliação da implementação do Curso de Especialização em Saúde da Família no estado de Mato Grosso
Vanessa Thaís Bonfim Vilas Boas
pg185–

NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO PARA ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS

1

ALUNO

Adailton Isnal

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora -Alagoas

E-MAIL

isnal@uol.com.br

ORIENTADOR

Sérgio Pacheco de Oliveira

Introdução

As Escolas Técnicas de Saúde do SUS são estruturas criadas para promoverem ações formativas dos trabalhadores de nível médio da saúde. Estas ações vêm sendo desenvolvidas em todos os estados brasileiros com grande desenvoltura pelas 36 escolas que formam a Rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS – RETSUS. Os projetos elaborados pelas escolas são subsidiados a muito custo com informações oriundas das secretarias municipais de saúde. As ações de planejamento e gestão das escolas são geralmente apoiadas por precários dados que tem gerado informações pouco consistentes à tomada de decisão. Corroborando com a situação de precariedade da informação observa-se uma baixa utilização, pelas escolas, dos recursos tecnológicos hoje disponíveis para potencializar o apoio à gestão de recursos humanos para a saúde.

Justificativa

As experiências já desenvolvidas com a intenção de criação de um sistema de informação para a rede partiram sempre de decisão vertical que não propiciaram as escolas discussões sobre suas necessidades de informação. Estes sistemas tiveram vida curta, pois não geraram benefício na rotina da gestão das Escolas Técnicas de Saúde do SUS. A apresentação da problemática perpassa os muros das ETSUS e necessita de urgente intervenção. Assim, a execução deste projeto configura-se em grande contribuição para o fortalecimento das Escolas Técnicas de Saúde do SUS e das bases de dados para pesquisas na área da saúde.

Objetivo geral

Definir um conjunto de necessidades de informação de Educação Profissional a partir da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – Alagoas. O estudo pretende, ainda, propor a aplicação dos resultados à rotina da escola e sugerir a realização de outros eventos visando a pactuação de um conjunto de dados que permitam futuramente a integração entre os sistemas de informação das ETSUS e também com outras bases de dados.

Metodologia

Inclui três etapas:

- 1) Realização de um evento institucional (oficina) para identificar as “Necessidades de Informação” da escola. O universo da oficina será de 36 participantes, sendo 83% funcionários da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora. O trabalho será realizado com grupos categorizados como alunos, docentes, coordenadores de cursos, secretaria escolar, setor administrativo/financeiro e gestão;

- 2) Análise dos produtos da oficina, que será feita a partir de itens priorizados pelos grupos. Cada item será analisado originando um elenco de necessidades de informação mais elaboradas, os quais serão validados pelos participantes posteriormente;
- 3) A partir das necessidades de informação, será realizada a identificação e definição de dados mínimos que constituam um modelo para construção de um sistema de informação para as ETSUS. Resultados esperados: construção de um conjunto de especificações de necessidades de informação, bem com uma sugestão de itens de dados de Educação Profissional. Além da possibilidade de aplicação imediata aos processos de planejamento e gestão da escola, este trabalho trará contribuições para o futuro desenvolvimento de sistemas de informação com maior capacidade de integração de dados, além de gerar informações para sistemas supra institucionais, como o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Resultados esperados

Construção de um conjunto de especificações de necessidades de informação, bem com uma sugestão de itens de dados de Educação Profissional. Além da possibilidade de aplicação imediata aos processos de planejamento e gestão da escola, este trabalho trará contribuições para o futuro desenvolvimento de sistemas de informação com maior capacidade de integração de dados, além de gerar informações para sistemas supra institucionais, como o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA PARA A DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA CLÍNICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ALUNA

Aline Branco Macedo

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG)

E-MAIL

aline.macedo@saude.mg.gov.br; branco.aline@gmail.com

ORIENTADOR

Maria Inês Carsalade Martins

Introdução

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) tem empreendido esforços na tentativa de implementar as redes de assistência à saúde, com foco na atenção primária, no Estado. Dentre as ações realizadas para promover o fortalecimento da atenção primária à saúde merece destaque a elaboração de Linhas-Guia que possuem, como um dos seus objetivos essenciais, regular os procedimentos realizados pelos profissionais de saúde nas estruturas que compõe a rede de assistência – no nosso caso, em especial, aqueles que atuam nas unidades básicas de saúde. Para a sua aplicação

efetiva no Estado – fator crucial para a implementação das redes de atenção – o desafio passa a ser divulgá-las aos profissionais de saúde, visando que os mesmos reflitam sobre a sua prática e apliquem suas diretrizes no serviço. Ou seja, uma vez definida como política da SES/MG o fortalecimento da atenção primária à saúde e sendo uma de suas diretrizes políticas a implantação das Linhas- Guia, adotou-se como estratégia para a difusão das linhas-guias a estruturação do “Curso de Gestão da Clínica na Atenção Primária à Saúde” que possui duas vertentes: atualização dos conhecimentos e pós-graduação lato-sensu. O curso utiliza estratégias de educação a distância (Canal Minas Saúde e Portal Minas Saúde) o que potencializa o alcance da difusão.

Justificativa

- a) A SES/MG tem concentrado esforços e priorizado a implantação do modelo de redes de assistência, com o foco na atenção primária à saúde, bem como realizado ações para seu fortalecimento, sendo crescentes os investimentos financeiros nesta política pública. A compreensão das ações vinculadas à implementação desta política é crucial para a instituição;
- b) A educação a distância é a estratégia priorizada pela SES/MG para a formação/qualificação dos profissionais que atuam no SUS/MG – tanto pelo alcance geográfico desta metodologia como pela relação custo x benefício de sua adoção. O trabalho será referência para a estruturação e monitoramento de novos cursos e possibilitará processos futuros de avaliação do curso e da adoção da estratégia de educação a distância;
- c) O curso é a primeira experiência da SES/MG que utiliza estratégia de educação a distância com a adoção de duas tecnologias: a teleconferência e o aprendizado mediado por computador. O registro do processo de implementação é fator necessário e estratégico para a aprendizagem organizacional e adequação/redefinição dos propósitos/processos.

Objetivo geral

Analisar o processo de implementação do “Curso de Especialização em Gestão da Clínica na Atenção Primária a Saúde” como estratégia de difusão das Linhas-Guia, no Estado de Minas Gerais, buscando identificar seus limites e potencialidades e produzir subsídios para a sua futura avaliação quanto a sua adequabilidade no que tange a implantação de políticas públicas e aprimoramento do processo.

Aspectos metodológicos

Para a realização do trabalho e cumprimento dos objetivos estabelecidos, a coleta de dados será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, eletrônica e documental.

Resultados esperados

Registrar o processo de implementação do “Curso de Especialização em Gestão da Clínica na Atenção Primária à Saúde, de forma a obter informações para a promoção de intervenções ainda durante sua realização; obter subsídios para sua futura avaliação e adequação como estratégia para a implantação das Redes de Assistência à Saúde no Estado de Minas Gerais; e potencialidades e limites identificados na experiência da SES/MG para a adoção da educação a distância como estratégia para a implementação e difusão das políticas públicas.

OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE SERGIPE

ALUNO

Cláudia Menezes Santos

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde do SUS/Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe

E-MAIL

claudia.santos@saude.se.gov.br

ORIENTADORES

Murat Vasconcellos/Antenor Amâncio Filho

Introdução

A Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, frente à necessidade de qualificar e de mobiliar os trabalhadores do SUS para a implantação da Política de Saúde, propõe a educação permanente como espaço de gestão estratégico para a construção de consensos coletivos, buscando a transformação das práticas e a revisão dos processo de trabalho. Nesse contexto, é eleita como ação principal a produção do material didático-pedagógico, que deverá proporcionar atividades de educação permanente em saúde e ser utilizado como guia de consulta pelas equipes no cotidiano do trabalho.

Justificativa

É intenção que o material guarde características na sua elaboração, de modo a torná-lo capaz de favorecer a interlocução entre os sujeitos, convertendo-se numa ferramenta de mediação entre as disputas que ocorrem em torno dos saberes tecnológicos e pressupostos ideológicos que fundamentam o SUS Sergipe. Para atender à finalidade de socialização dos saberes, deverá provocar inquietações e estranhamentos, propiciando a reflexão na ação. A linguagem utilizada, associada à recursos pedagógicos e textuais, terá o importante papel de mobilizar os trabalhadores, ofertando, a partir de situações do cotidiano, saberes capaz de produzir sentidos para as práticas em saúde na gestão e no cuidado. Em outros termos, indaga-se da possibilidade do material didático pedagógico da SES manter coerência com os pressupostos teóricos da educação permanente em saúde e responder aos propósitos da sua produção.

Objetivo geral

Analisar a produção do material didático-pedagógico da Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe, buscando identificar os saberes tecnológicos desenvolvidos nele contidos, procurando compreender a percepção dos atores envolvidos no processo e os limites e as possibilidades da sua construção no âmbito de uma instituição pedagógica não formal, tendo em vista a implantação da política de educação permanente em saúde e da reforma sanitária no estado.

Metodologia

A pesquisa será um estudo de caso com método qualitativo. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, grupo focal e análise documental. Os sujeitos da

pesquisa serão os gestores da Secretaria de Estado da Saúde e autores envolvidos na produção dos livros. Os dados obtidos serão analisados e interpretados de acordo com a proposta da hermenêutica-dialética.

Resultados esperados

- a) Desenhar, por meio da análise documental e da compreensão da percepção, dos valores e das concepções dos atores envolvidos, o caminho metodológico, os saberes tecnológicos e os recursos necessários à produção do material didático-pedagógico da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe;
- b) Estabelecer os limites e possibilidades da produção e do uso do material didático-pedagógico produzido pela Secretaria de Estado de Saúde, enquanto uma instituição pedagógica não formal;
- c) Compreender, na percepção dos atores envolvidos, as interfaces entre o material didático-pedagógico, a educação permanente e a reforma sanitária no Estado de Sergipe.

SISTEMAS CORPORATIVOS: O OLHAR DE GESTORES DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

ALUNA

Cristina Luíza Ramos da Fonseca

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

E-MAIL

crisinafonseca@ensp.fiocruz.br

ORIENTADOR

Sérgio Pacheco de Oliveira

Introdução

O Sistema Estadual de Saúde de Minas Gerais é composto pela Secretaria de Estado de Saúde, Fundação Hospitalar de Minas Gerais, Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, Fundação Hemominas e Fundação Ezequiel Dias, todos eles órgãos autônomos, responsáveis pela própria administração de pessoas, ainda que esses órgãos busquem atuar de forma conjunta na definição das políticas. Gestão de Pessoas é definida por Chiavenato (2004, p. 9) como sendo “o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as ‘pessoas’ ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação de desempenho”. O autor destaca que a Gestão de Pessoas vem passando por mudanças conseqüentes da atual

Era do Conhecimento, que exige mais flexibilidade e estímulo à iniciativa e autonomia por parte do gestor. Nesse contexto, faz-se necessária a mudança na gerência de pessoas, de forma a se adaptar à nova realidade. Uma das mudanças que deve ser propiciada é a melhoria da capacidade dos gestores de recursos humanos na tomada de decisão de forma ágil, mas racional, analisando os prós e contras de cada alternativa. A informação, nesse sentido, é um dos fatores capaz de subsidiar o processo decisório, minimizando os riscos. Para tanto, a informação certa e confiável deve estar disponível no momento certo para facilitar tomada de decisão.

Justificativa

Conforme destacado por Angeloni (2003, p.19), “no processo de tomada de decisão, é importante ter disponíveis dados, informações e conhecimentos, mas esses normalmente estão dispersos, fragmentados e armazenados na cabeça dos indivíduos e sofrem interferência de seus modelos mentais”. Os sistemas de informação podem ser uma das soluções para a sistematização dos dados e criação e disseminação das informações. Por isso é importante um estudo a respeito da capacidade dos sistemas de gestão de pessoas disponíveis no Estado de Minas Gerais em auxiliar na tomada de decisão. Os sistemas corporativos utilizados atualmente no Estado de Minas Gerais, para todos os órgãos do executivo são: Sistema de Administração de Pessoal do Estado (SISAP), Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD), Desenvolvimento dos Servidores Públicos de Minas Gerais (RH-MINAS), Sistema Integrado de Processamento de Atos (SIPA), Sistema de Gestão de Concursos Públicos (SIGECOP). A pesquisa pretende avaliar, sob a perspectiva do gestor, um ou mais desses sistemas de gerenciamento citados.

Objetivo geral

Identificar e analisar as limitações e contribuições dos sistemas de informação de Gestão de Pessoas, na perspectiva dos Gestores de Pessoas do sistema estadual de saúde de Minas Gerais, fornecendo subsídio para a melhoria desses sistemas.

Metodologia

A metodologia escolhida foi a análise de documentos e entrevista com atores chaves (gestores de recursos humanos em saúde e representantes da área na Câmara Técnica de Gestão de Pessoas de Minas Gerais. Resultados esperados: Espera-se avaliar os sistemas e criar bases para a elaboração de propostas de melhoria dos sistemas citados.

Referências

Chiavenato, Idalberto. *Gestão de Pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 2 ed. Angeloni, Maria T. *Elementos intervenientes na tomada de decisão*. IN: Ci. Inf. Brasília, v.32, n. 1, p. 17-22, jan/abr. 2003.

ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES

ALUNA

Cristina Maria Figueira Machado

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria de Saúde do Distrito Federal

E-MAIL

cris.madf@yahoo.com.br

ORIENTADOR

Carlos Otávio Fiúza Moreira

Introdução

Diante dos esforços contínuos que se impõem à melhoria da qualidade da educação, a avaliação da aprendizagem destaca-se como um conjunto de conhecimentos e de práticas indispensáveis ao sistema escolar. Essa questão se reveste de importância substancial quando se refere ao profissional de saúde que, tradicionalmente, se dedica a ensinar em cursos de educação profissional de nível médio, mas, em sua maioria, sem dispor de formação específica para a docência. Por outro lado, a avaliação pode ser considerada um componente intrínseco e vital ao processo de ensino-aprendizagem, uma

das responsabilidades mais difíceis do professor no seu trabalho em sala de aula. Há muitas maneiras de realizar esse processo, desde as consideradas mais informais, como observação, até as mais sistematizadas, das quais a prova, seminários, são os melhores exemplos. De um modo ou de outro, tratando-se da formação do homem - um processo inacabado - a avaliação sempre deve ser vista tanto em uma perspectiva processual, quanto algo que pode fornecer subsídios para o professor conduzir o seu trabalho cotidiano, respaldando-o no processo decisório.

Justificativa

Partindo desta perspectiva geral, pretende-se investigar o processo de avaliação da aprendizagem no curso de Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica de Saúde de Brasília - ETESB. Trata de uma escola que faz parte de uma rede de Escolas - RET-SUS – criada pelo Ministério da Saúde (MS) para fortalecer a educação profissional em saúde, e se destina a formar profissionais com competências para atuar nesta área seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Na função de Coordenadora Pedagógica da referida escola, tenho a oportunidade de perceber o desconforto dos professores quando abordam questões sobre avaliação. Esse tema surge de forma indireta ou como foco de discussões, de dúvidas; enfim, como um desafio a ser enfrentado.

Objetivo geral

A questão norteadora da pesquisa é: estão as práticas avaliativas da aprendizagem desenvolvidas no curso de Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica de Saúde de Brasília em consonância com a proposta pedagógica a que correspondem?

Metodologia

O referencial teórico acerca da avaliação da aprendizagem será construído a partir de alguns autores como Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, José Carlos Libâneo, Philippe Perrenoud, Charles Hadji. Para análises das práticas docentes de avaliação da aprendizagem, a partir dos discursos produzidos na escola sobre o tema, busca-se como suporte teórico-metodológico a Análise de Discurso. Para a construção dos dados serão analisados os documentos Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, Plano do Curso e instrumentos de avaliação colocados à disposição da pesquisadora e realizar-se-á entrevista com 8 professores.

Resultados esperados

Espera-se com esta reflexão identificar elementos que possam auxiliar a comunidade escolar da ETESB, e conseqüentemente aos seus participantes, nas reflexões sobre os desafios que a avaliação da aprendizagem impõe visando a uma formação que atinja as aspirações pessoais e coletivas quanto à educação profissional.

PRECARIZAÇÃO DE VÍNCULO E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS PARA OS DOCENTES DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS “PROFESSORA ENA DE ARAÚJO GALVÃO”.

ALUNO

Denise Rodrigues Fortes

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” - Mato Grosso do Sul

E-MAIL

nursedenis@yahoo.com.br

ORIENTADOR

Creuza da Silva Azevedo

Introdução

A Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” - MS, não possui um quadro permanente de docentes, trabalhando através de credenciamento dos mesmos que passam a ser prestadores de serviço na Escola, constituindo vínculo precário da grande maioria dos professores, excetuando-se alguns poucos servidores efetivos que desenvolvem, entre outras, a função docente. A influência do trabalho sobre a identidade dos indivíduos é estudada pela psicossociologia francesa, que trabalha as implicações subjetivas da precarização do vínculo sobre o compromisso dos trabalhadores com a organização. Fatores como baixa adesão dos docentes aos cursos de capacitação pedagógica e demora em cumprir com as atividades próprias da docência,

apontam para a hipótese de que parte dos docentes veja a profissão como um simples complemento, tanto salarial quanto curricular.

Justificativa

Justifica-se a realização desta pesquisa considerando aspectos de ordem pessoal, profissional e acadêmica. O primeiro, por se tratar da escolha de um problema construído a partir da experiência e vivência do pesquisador na situação de trabalho; o segundo pelo fato da problemática afetar a quase totalidade das Escolas Técnicas do SUS, todas criadas em um mesmo contexto e com as mesmas especificidades e propostas; o terceiro em razão de se tratar de um tema singular, pois são poucas as publicações que articulam a temática da precarização do vínculo empregatício e a subjetividade.

Objetivo geral

Examinar o perfil parcial dos docentes da Escola Técnica do SUS “Prof^a Ena de Araújo Galvão” e compreender as implicações do vínculo empregatício precário sobre a identidade e compromisso profissional dos mesmos.

Objetivos específicos

- a) Conhecer a trajetória profissional dos docentes da escola, buscando reconhecer os processos que os levaram a ocupar essa função;
- b) Compreender os sentidos da prática docente dos professores da Escola, considerando os desafios da proposta existente e de seus vínculos de trabalho;
- c) Identificar pontos críticos na relação dos docentes com seu trabalho e com a escola, considerando a perspectiva de formação adotada e os seus objetivos.

Metodologia

Será desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, compreendendo um mapeamento do perfil parcial dos docentes, com informações sobre tempo de prestação de serviço na escola e possíveis outras inserções no mercado de trabalho, que servirão de subsídio para a outra etapa da coleta de informações, que inclui entrevistas direcionadas por roteiro.

Resultados esperados

Espera-se como resultados a compreensão da influência do vínculo empregatício sobre a atuação e compromisso docente, apontando caminhos e estratégias para novos estudos que minimizem ou revertam tal problemática.

CONTRIBUIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MATO GROSSO (ESPMT) DE 2004, PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DOS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM QUE ATUAM NO PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)

ALUNA

Eliete Balbina dos Santos Saragiotto

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

E-MAIL

ebssaragiotto@hotmail.com

ORIENTADOR

Maria Inês Carsalade Martins

Introdução

A Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESPMT) vem trabalhando na construção dos currículos baseados em competências desde 2004, e tem sido a estratégia que tem orientado a redefinição da missão e os objetivos da escola, na perspectiva das mudanças nas práticas de saúde. Neste contexto, faz-se necessário consolidar o papel da ESPMT, enquanto proponente da Política de Educação Permanente e repensar a educação profissional a partir do planejamento e implementação de um modelo curricular que articule o ensino ao serviço e forme profissionais para desenvolver competências

para transformar o processo de trabalho no cotidiano dos serviços. Embora a ESPMT venha trabalhando com o princípio da problematização na construção de seus currículos, observa-se uma dificuldade por parte de alunos, docentes e gestores em reformular seus conceitos e práticas em relação à organização do processo de aprendizagem, no sentido de mobilizar saberes, habilidades e atitudes no desempenho das ações de promoção à saúde. A tendência que se observa, apesar das inovações curriculares, é de manutenção do modelo pedagógico conteudista e fragmentado fortalecendo o modelo biomédico centrado nas práticas tradicionais de saúde. A hipótese é que a revisão da matriz curricular da ESPMT, a partir da análise do processo de trabalho dos egressos da Escola e da interação com as equipes de saúde em que se inserem, poderá contribuir para a consolidação da Atenção Básica nas equipes de saúde da família.

Justificativa

Na formação educacional, os aspectos que tem merecido atenção para a política de educação em sido:

- 1) A necessidade de adequação dos currículos, às mudanças sociais, aos novos perfis epidemiológicos e as demandas dos serviços;
- 2) O descompasso entre os serviços e a disponibilidade de pessoal preparado para atender às necessidades da população.

A relevância deste estudo está em trazer subsídios para os gestores, docentes, instituições de saúde e Educação, RET-SUS, para a (re)formulação de modelos curriculares de forma a incorporar profissionais e gestores no processo de formação a eles dirigidos, processo este que deverá resultar de uma reflexão sobre competências que mais se aproximam do processo de trabalho das demandas e necessidades da

população. O pressuposto que orienta a matriz curricular por competências é de que à medida que os técnicos em enfermagem sejam formados neste modelo, eles sejam capazes de mobilizar conhecimentos/ habilidades/ atitudes/ tecnologia na perspectiva técnica, política, cultural e ética. Acredita-se que estes atributos, possibilitam aos profissionais, desempenhar suas funções, pautadas por um novo fazer em saúde onde a organização dos serviços, a produção do cuidado com foco na família, na equipe e as ações intersetoriais e a integralidade das ações, transformando o trabalhador num agente de mudanças de sua própria prática.

Objetivo Geral

Analisar em que medida a matriz curricular do Curso de Técnicos em Enfermagem da ESPMT, implantada no período de 2004 a 2006 contribuiu para a introdução de novas práticas no processo de trabalho nas equipes do PSF e as necessidades e demandas colocadas pelas equipes.

Metodologia

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, com análise dos documentos e um trabalho de campo, no município de Sapezal, onde buscaremos analisar o processo de trabalho dos técnicos em Enfermagem no PSF na prática. Serão utilizados como instrumentos: questionário, grupo focal e entrevista. Resultados esperados: Este estudo trará subsídios na (re)formulação de matriz curricular da ESPMT, permitindo uma reflexão sobre o processo de trabalho no contexto da educação profissional, com base na realidade dos serviços.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL: O CASO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ

8

ALUNA

Iolete Soares da Cunha

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria Estadual de Saúde do Piauí

E-MAIL

ioletecunha@ensp.fiocruz.br; ioletecunha@yahoo.com.br

ORIENTADOR

Francisco Javier Uribe Rivera

Introdução

Considerando o histórico desafio em desenvolver uma política adequada de recursos humanos na saúde, a Constituição Federal de 1988 prevê como missão do Sistema Único de Saúde ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde. Para Machado (2006), na década de 1990 consolida-se o SUS, mas sem que haja preocupação mais incisiva em relação aos seus trabalhadores. Em 2003 o Ministério da Saúde criou a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para enfrentar esse desafio. Em 2004 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, propondo que os processos de capacitação dos trabalhadores da saúde tivessem como referência as necessidades de saúde individual e coletiva, com o objetivo de transformar as práticas profissionais, a partir da problematização do processo de

trabalho (Brasil, 2004). Essa proposta condiz com o Modelo Estratégico de Planejamento, que envolve vários sujeitos que planejam com objetivos conflitantes em um processo em que o projeto é alterado segundo as circunstâncias, para superar os obstáculos e vencer resistências, para demonstrar e manter a governabilidade sobre o sistema (Matus, 1996).

Justificativa

Nos últimos três anos, representantes do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde construíram de forma conjunta, negociada e co-responsável, o Pacto pela Saúde do Brasil, com vistas à consolidação do SUS, que prevê como responsabilidade dos estados promover a integração dos processos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos do SUS à política de educação permanente (Brasil, 2006). Na Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SESAP), essa responsabilidade não está sendo cumprida, mas é motivo de discussão e alvo de interesse da gestão estadual da educação no SUS.

Objetivo geral

Analisar a gestão dos processos de capacitação e educação permanente em saúde, desenvolvidos pela Diretoria de Unidade de Vigilância e Atenção à Saúde (DUVAS), da SESAP. Objetivos específicos:

- a) Aprofundar os conceitos de Educação Permanente em Saúde, Integralidade da Atenção à Saúde e Integração das Ações de Capacitação na DUVAS;
- b) Processar o problema da baixa integração das ações de capacitação e educação permanente em saúde no âmbito da DUVAS;
- c) Propor um plano de intervenção para aumentar a integração nos processos de capacitação e educação permanente em saúde na DUVAS;

- d) Analisar as condições de viabilidade do plano no âmbito da diretoria da DUVAS.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como sujeitos integrantes da DUVAS: um diretor, quatro gerentes, treze coordenadores e vinte e cinco supervisores. Para coleta de dados será utilizada a técnica de grupo focal. Para o alcance dos objetivos b, c e d, serão realizadas oficinas para aplicação do protocolo do Planejamento Estratégico Situacional (PES), constituído por quatro momentos (Matus, 1996):

- a) Momento explicativo - como explicar a realidade?;
- b) Momento normativo - como conceber o plano?
- c) Momento estratégico - como tornar viável o plano necessário?
- d) Momento tático-operacional - como agir a cada dia de forma planejada?

Será utilizado um roteiro para processar problemas a partir do modelo do Planejamento Estratégico-Situacional simplificado (Adaptação do PES e MAPP), organizado por Rivera e Artmann (1999). Resultados esperados: Contribuir com o processo de integração das ações de capacitação e educação permanente em saúde, desenvolvidas no âmbito da DUVAS/SES; Contribuir para a formação de quadros específicos em PES na secretaria.

Referências

Machado, M. H. *Trabalhadores de Saúde e sua trajetória na Reforma Sanitária*. In: BRASIL. Ministério da Saúde, SEGTES. Cadernos de RH Saúde, Vol. 3, n. 1, Brasília, 2006; Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria nº 198/GM/MS, de 13/02/2004*; Matus, C. O Triângulo de Governo. *Teoria Social e Teoria do Planejamento. Política, Planejamento & Governo*. Tomo I. 2ª. ed., IPEA, Brasília, 1996. Artmann, E.e Rivera, F. J. U. *Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo*. *Ciência & Saúde Coletiva* vol. 4 nº2, Rio de Janeiro, 1999.

O DESAFIO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE NÍVEL MÉDIO NA GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

9

ALUNA

Isa Martins Rafael Chrisóstomo

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

E-MAIL

isachrisostomo@rn.gov.br

ORIENTADOR

Francisco Javier Uribe Rivera

Introdução

A inserção de grande parcela dos trabalhadores da saúde nas diversas atividades administrativas, desde sua seleção, admissão, permanência e desempenho, é deficiente por não haver, geralmente, exigências de formação na sua contratação, restringindo-se à apresentação do certificado de conclusão do ensino médio. A falta de qualificação específica, gera um contingente de trabalhadores desqualificados, desmotivados e com baixo compromisso, ocupando postos de trabalho administrativo na saúde pública, sem os conhecimentos necessários ao desempenho satisfatório de suas atividades. O Curso Técnico de Gestão em Serviços de Saúde, oferecido pelo Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde (CEFOPE) se propõe atender a essa demanda, visando suprir as necessidades apontadas pelos órgãos prestadores dos serviços de saúde pública.

Justificativa

A política de formação dos trabalhadores de nível médio da saúde adotada pelo CEFOPE, está centrada na construção de sujeitos reflexivos e críticos, na perspectiva da reorganização e qualidade dos serviços, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A Escola compreende a educação profissional como um processo permanente de aquisição/(re)construção de conhecimentos, habilidades e atitudes, inerentes ao desenvolvimento de competências para o desempenho de uma determinada profissão. Através desse projeto de pesquisa pretende-se compreender e superar as dificuldades vivenciadas no cotidiano da formação, com o objetivo de melhorar a articulação entre a teoria e a prática, numa perspectiva de (re) aproximação dos processos educacionais desenvolvidos pelas Escolas Técnicas do SUS, com as necessidades dos serviços de saúde pública, bem como, para subsidiar a atualização dos Planos de Cursos, a elaboração do Planejamento Estratégico da escola e o fortalecimento de parcerias, no sentido de contribuir para a consolidação do Sistema Único de Saúde.

Objetivo geral

Avaliar em que medida o Curso Técnico de Gestão em Serviços de Saúde tem contribuído para a melhoria das práticas do trabalho, desenvolvidas pelos alunos egressos do curso em suas unidades de lotação.

Objetivos específicos

- a) Identificar as competências e os resultados esperados do Curso Técnico de Gestão em Serviços de Saúde;
- b) Analisar a atuação profissional dos técnicos de nível médio na gestão dos serviços de saúde em suas unidades de lotação;

- c) Identificar e avaliar as eventuais dificuldades para a consolidação da proposta pedagógica do curso com a realidade das demandas dos serviços de saúde.

Metodologia

A proposta se desenvolverá por meio de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa avaliativa, com aplicação das técnicas de questionário que tem como objetivo a coleta de informações acerca das expectativas dos sujeitos pesquisados, com relação ao curso e as possibilidades de crescimento pessoal e profissional e de análise documental que será feita considerando o Plano de Curso Técnico de Gestão em Serviços de Saúde, o Projeto Político Pedagógico e a Legislação da Educação Profissional vigente. Os questionários serão aplicados aos 27 alunos egressos do Curso (turma 2006/2007), além de docentes e gestores dos hospitais onde os alunos são lotados, e serão analisados à luz dos eixos do referencial teórico que embasa este projeto, como também, dos objetivos esperados do curso, sob três categorias: Conteúdos Programáticos, Relação Teoria - Prática e Articulação Ensino-Serviço.

Resultados esperados

- a) Gerar oportunidades para a reflexão dos trabalhadores da área administrativa, sobre a importância de sua inserção nos diversos processos de trabalho em saúde;
- b) Identificar as dificuldades para operacionalização da proposta pedagógica do curso em relação à realidade dos serviços de saúde;
- c) Identificar as dificuldades para a implantação das sugestões de mudanças apontadas pelos egressos do curso; Melhorar o desempenho dos trabalhadores da área administrativa e aproximá-los das inovações tecnológicas.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA CLÍNICA MÉDICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES.

10

ALUNA

Iza Manuella Aires Cotrim-Guimarães

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

E-MAIL

izacotrim@yahoo.com.br

ORIENTADOR

Ana Luiza Stiebler Vieira

Introdução

Em agosto de 2007, o Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), do município de Montes Claros (MG), implantou um Programa de Educação Permanente e Continuado (PEPEC), a ser operacionalizado em todos os seus setores clínicos e administrativos. Relatórios de acompanhamento do Programa indicaram que muitos setores apresentaram dificuldades para implementar a educação permanente em saúde (EPS), principalmente aquelas ações voltadas para as equipes de enfermagem, dada a sua complexidade. A coordenação do Programa decidiu, então, focalizar as ações na equipe de enfermagem da clínica médica do Hospital, ala “A”, que foi identificada como a clínica piloto para desenvolvimento das ações de melhoria dos serviços. Entretanto, verificou-se

que mesmo após a mudança de estratégia e concentração dos esforços na referida clínica, a participação da equipe de Enfermagem nas atividades do Programa permanecia baixa, mesmo quando desenvolvidas no horário de serviço. O relatório do PEPEC aponta como motivos para a baixa adesão dos servidores a sobrecarga de trabalho, desmotivação e resistência à mudança. Todavia, os motivos apontados constituem-se em inferências da equipe gestora da Enfermagem e, portanto, necessitam de ser analisados adequadamente para subsidiar o planejamento de ações interventoras.

Justificativa

A pesquisa se justifica pela possibilidade de ampliação da produção bibliográfica acerca do processo de EPS. Trará contribuições à comunidade acadêmica e sociedade em geral, uma vez que apresenta a análise de uma situação real de implantação e desenvolvimento de uma ação de EPS. Os resultados poderão, também, orientar as Escolas Técnicas do SUS na (re)construção dos seus currículos. Tais instituições são formadoras de trabalhadores da área de saúde, devendo se orientar nas diretrizes e políticas do Sistema, a fim de contribuir para sua consolidação e melhoria da qualidade dos serviços no SUS.

Objetivo geral

Analisar os fatores que contribuíram para a baixa adesão dos Técnicos em Enfermagem e Enfermeiros da clínica médica do Hospital Universitário Clemente de Faria ao Programa de Educação Permanente e Continuada.

Objetivos específicos

Identificar as dificuldades encontradas pela equipe de Enfermagem da clínica médica do HUCF e pela equipe gestora do serviço de Enfermagem do HUCF para o desenvolvimento do Programa de Educação Permanente e Continuada; detectar as perspectivas e demandas da equipe de Enfermagem da clínica médica e da equipe gestora do serviço de Enfermagem do HUCF para a educação permanente e continuada; elaborar de forma coletiva com os profissionais da equipe de Enfermagem da clínica médica do HUCF uma proposta de fortalecimento das ações do Programa de Educação Permanente e Continuada.

Metodologia

Através da abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa utilizará como instrumentos de coleta análise documental do Programa e três questionários com perguntas abertas e fechadas, um dirigido aos Técnicos em Enfermagem da ala “A” da clínica médica, outro ,aos Enfermeiros da mesma clínica e um para a equipe gestora da enfermagem no HUCF.

Resultados esperados

Elaboração coletiva com a equipe de Enfermagem da Clínica Médica do HUCF, de uma proposta de fortalecimento das ações do PEPEC.

ESTRATÉGIA PARA ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NO SUS-BA: REDE DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE

11

ALUNA

Jamile Oliveira Lima

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Estadual de Saúde Pública (EESP)/Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

E-MAIL

jamile400@hotmail.com

ORIENTADOR

Sergio Tavares de Almeida Rego

Introdução

O presente trabalho objetiva analisar de que modo a educação e o trabalho se integram na área da saúde a partir da inserção dos estudantes nas unidades da Rede Estadual, para realização dos estágios curriculares supervisionados. A esfera da educação, nesse contexto, é representada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e pelos estudantes dos cursos de saúde. O trabalho, por sua vez, é representado pelas unidades de saúde (Hospitais e Centros de Referência) e profissionais que compõem o Sistema Único de Saúde. A análise deste componente, integração da educação e trabalho na saúde, tem por finalidade subsidiar as ações da Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia, por meio da Rede de Integração da Educação e Trabalho na Saúde. A rede é aqui

entendida como o conjunto de relações estabelecidas entre pessoas que dependem umas das outras para alcançar seus objetivos. Esta rede tem por objetivo comum ordenar a formação em saúde conforme premissa constitucional. Desse modo, este projeto de dissertação, ao identificar os obstáculos e fatores que favoreceram a implementação da rede, facultará o entendimento acerca da efetividade desta como estratégia de articulação ensino-serviço.

Justificativa

A Superintendência de Recursos Humanos da Saúde (SUPERH) tem como uma das suas responsabilidades, dar cumprimento à Política Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde (PEGTES). Nesta Política, destaca-se um dos seus pilares que é a formação em saúde vista pela SUPERH como uma das principais ferramentas para o preparo do profissional que atuará no SUS. Embora a formação em saúde contemple os estudantes da graduação e os profissionais que atuam no Sistema único, é nos primeiros que este projeto irá centrar-se. Há um Fluxo no qual encontra-se delineada a trajetória do estudante desde a sua chegada até a sua saída do campo de estágio. Trata-se do Fluxo para Concessão dos Campos de Prática e Estágios na Rede SUS-Ba, norteador pela Lei N° 6494, que regulamenta os estágios, e pela Minuta do Termo de Convênio firmado entre a Secretaria Estadual e as Instituições de Ensino. O Fluxo não só descreve a trajetória do estudante ao longo do estágio como também normatiza a permanência e o acompanhamento deste nas unidades. Logo, tendo a rede suas relações normatizadas e regidas pelo fluxo, sua aplicabilidade permitirá avaliar o seu funcionamento propiciando desse modo, a SUPERH, contribuir com o ordenamento da formação em saúde consoante a PEGTES e o SUS na Bahia.

Objetivo geral

Analisar o processo de implementação da rede de integração da educação e trabalho no Sistema Único de Saúde do Estado da Bahia.

Objetivos específicos

- a) Identificar os principais obstáculos (resistências) para a implantação do Fluxo para Concessão dos Campos de Prática e Estágios;
- b) Identificar os fatores que favoreceram a implantação do Fluxo e analisar a adequação e suficiência deste instrumento normatizador em uso pela rede no atendimento às demandas e especificidades das unidades de saúde e dos estudantes.

Metodologia

- a) Serão realizados estudos baseados em documentos (análise documental) através da exploração do conteúdo das atas produzidas nas oficinas de avaliação e acompanhamento das práticas de estágio nas unidades da Rede SUS-Ba.

Resultados esperados

Criação e implementação de ações estratégicas que superem os obstáculos identificados.

CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO NA PRÁTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E NA VIDA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

12

ALUNA

Jaqueline Alves Lopes Sartori

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica do SUS do Município de São Paulo (ETSUS-SP)

E-MAIL

jsartori@prefeitura.sp.gov.br; jaquelineals@uol.com.br

ORIENTADORA

Maria Helena Mendonça

Introdução

O serviço de Saúde Bucal no município de São Paulo é realizado pela rede de Unidades Básicas de Saúde, englobando unidades com e sem Estratégia de Saúde da Família. Ambas deverão estar organizadas, tomando por base o território delimitado, a sua área de abrangência e as necessidades em saúde da população adstrita. O trabalho em equipe deve ser priorizado na saúde bucal, buscando uma maior qualidade no atendimento e uma mudança do modelo de atenção.

Justificativa

Os cursos de formação profissional são oferecidos pela Escola Técnica do SUS do Município de São Paulo, com vistas a formar trabalhadores mais comprometidos com o SUS, onde os

alunos aprendem praticando e, ao praticar, são compreendidos os princípios científicos que estão diretamente na base desta forma de organização do trabalho. Tanto alunos quanto docentes buscam modificar o próprio processo de trabalho, promovendo uma nova prática com vistas à mudança do perfil epidemiológico e do modelo de atenção. O Currículo do Técnico em Higiene Dental tem como pressuposto, contribuir para a melhoria da qualidade da atenção em saúde bucal prestada à população, rompendo com as barreiras de uma visão fragmentada e parcial da atenção. A Qualificação do Auxiliar de Consultório Dentário é uma das etapas (itinerário) da formação do Técnico em Higiene Dental.

Objetivo geral

O objetivo do estudo é analisar mudanças ocorridas na prática dos serviços de saúde bucal e na vida pessoal da equipe de saúde bucal a partir do curso de formação profissional em Auxiliar de Consultório Dentário, realizado na ETSUS-SP, na região Leste do Município de São Paulo, entre dezembro de 2003 e agosto de 2005. Para tanto, o estudo tem como objetivos específicos:

- a) Identificar junto aos alunos egressos sua percepção sobre a contribuição que o curso trouxe para a sua vida profissional e pessoal;
- b) Identificar junto aos odontólogos que participaram como docentes sua percepção sobre a contribuição que o curso trouxe para a sua vida profissional e pessoal;
- c) Identificar junto aos dois grupos as mudanças ocorridas que favorecem ou dificultam uma nova prática da equipe de saúde bucal no contexto de mudança de modelo de atenção.

Metodologia

A pesquisa será de natureza qualitativa. O método escolhido será a entrevista de grupo focal dirigida aos egressos do curso e aos odontólogos que atuaram como docentes. Serão dois grupos, um com docentes e outro com discentes, sendo que cada grupo contará com dez participantes que trabalham em unidades com e sem Programa saúde da Família. Para a interpretação e análise das entrevistas será utilizada a análise de conteúdo.

Resultados esperados

Conhecer as transformações ocorridas (ou não), na vida pessoal e profissional dos atores envolvidos no processo de formação e, com isto, verificar os limites e as possibilidades de instituir a formação profissional como uma proposta mais efetiva da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Espera-se, ainda, contribuir para que alunos e docentes se sintam sujeitos participativos de ações transformadoras em um contexto mais amplo do ponto de vista social, econômico e político.

FORMAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM PERSPECTIVA DE MUDANÇA DO MODELO DE ATENÇÃO

13

ALUNA

Jucineide Proença da Cruz Schmidel

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

E-MAIL

jucineideschmidel@hotmail.com

ORIENTADORA

Maria de Fátima Lobato Tavares

Introdução

O estudo propõe analisar a percepção do Agente Comunitário de Saúde (ACS) sobre a formação recebida e a possibilidade de aplicação/mobilização das competências requeridas para mudanças no processo de trabalho. Visando o fortalecimento e o aumento da qualidade dos serviços do setor saúde para atender às demandas da população, a Lei nº 11.350 cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, com exercício exclusivo no SUS define como suas atividades a “prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade”. A educação para o trabalho é considerada uma estratégia para a transformação social, implicando em reformulação de estratégias para tornar os trabalhadores profissionais comprometidos, formando-os

em processos educativos direcionados para competências, sob os princípios da humanização e foco no trabalho, lócus em que se evidencia e se desenvolvem as necessidades de reorientação do desempenho do trabalhador de saúde. Assim, a reorganização das práticas e dos serviços de saúde, no campo da saúde da família, passa pela necessidade de repensar a formação dos Agentes Comunitários de Saúde. Partindo desses pressupostos questiona-se: em que medida os processos de formação dos ACS responde às necessidades da comunidade na perspectiva da estratégia saúde da família, uma vez que, em sua maioria, ocorrem de forma desarticulada do contexto das práticas?

Justificativa

Analisar mudanças na prática profissional de egressos do Curso de Formação de Agente Comunitário de Saúde, na perspectiva da ressignificação da formação desse trabalhador, possibilita a reorientação de suas práticas, na medida em que se articulem conhecimentos/habilidades/atitudes/tecnologia nas dimensões técnica, política e ética, no contexto das condições de vida do usuário e da comunidade.

Objetivo geral

Analisar a percepção do Agente Comunitário de Saúde sobre a formação recebida, em relação às competências necessárias para o desenvolvimento do trabalho em equipe na estratégia da saúde da família.

Objetivos específicos

- a) Identificar os objetivos e os princípios metodológicos do Curso de Agente Comunitário de Saúde;
- b) Descrever a percepção dos Agentes Comunitários de Saúde quanto à formação recebida, em especial no tocante ao modo como constroem conceitos de saúde e de promoção da saúde;

- c) Identificar as práticas de saúde dos ACS na abordagem individual e coletiva aos usuários e os serviços de saúde;
- d) Propor estratégias que subsidiem a formação dos Agentes Comunitários de Saúde, na perspectiva das competências.

Metodologia

É um estudo qualitativo. Visa identificar, através da fala, percepções e subjetividades, subsídios para análise das mudanças ocorridas pós-formação. Para a seleção dos respondentes, serão estabelecidos critérios como tempo de implantação e composição da Estratégia Saúde da Família e área de cobertura. Para a coleta de dados serão utilizadas metodologias diversificadas: grupos focais com doze ACS e oito profissionais: enfermeiros, médicos, odontólogos, técnicos de enfermagem. Com os ACS serão explorados conceitos de saúde, promoção da saúde, desenvolvimento do curso, mudanças nas práticas, facilidades e dificuldades do processo formativo, peculiaridades e subjetividades do trabalho; com os demais profissionais serão abordados aspectos como conceitos de saúde, promoção da saúde, processos de formação e de trabalho do Agente Comunitário de Saúde; observação participante: será realizada concomitante com o grupo focal, como modalidade complementar; análise documental e bibliográfica: serão analisados as bases secundárias, leis, decretos e outros; análise dos dados: será utilizado o método da Análise de Conteúdo, com a técnica de Análise Temática: Pré-análise, Exploração do material, Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretados.

Resultados esperados

Os resultados contribuirão para ampliar conhecimentos e propor estratégias que possam subsidiar a formação dos Agentes Comunitários de Saúde, na perspectiva da competência na promoção da saúde.

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE NA SES DE SERGIPE E AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DO TRABALHO: EXAMINANDO O CASO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

ALUNA

Katiene da Costa Fontes

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde do SUS/Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe

E-MAIL

katienefontes@ensp.fiocruz.br

ORIENTADOR

Creuza da Silva Azevedo

SEGUNDO ORIENTADOR

Francisco Campos Braga Neto

Introdução

O Estado de Sergipe vem desenvolvendo um processo de reformas que propõem uma nova organização Sanitária e Gerencial do Sistema Único de Saúde (SUS), com a edição de algumas leis estaduais regulamentando a organização e o funcionamento do sistema no estado. No âmbito gerencial, o foco das ações é a implantação de três fundações estatais de direito privado.

Justificativa

A rede hospitalar do Estado apresenta graves problemas na área da gestão do trabalho, situação que justifica a realização do presente estudo, na medida em que propõe analisar o processo de implantação do modelo gerencial de fundação estatal de

direito privado, adotado para a gestão da rede hospitalar do Estado de Sergipe, a partir da criação da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e as inovações promovidas no âmbito da gestão do trabalho, buscando compreender essa iniciativa do governo como o projeto da Secretaria Estadual de Saúde (SES) para a consolidação do SUS. O estudo será realizado tendo como referência o Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho (HUSE), maior equipamento da rede.

Objetivo geral

Analisar a implementação da Fundação Hospitalar de Saúde, no âmbito da gestão do trabalho, e sua influência no processo de mudança organizacional do Hospital de Urgência de Sergipe.

Objetivos específicos

- a) Descrever o contexto histórico do SUS no Estado de Sergipe, em particular da assistência hospitalar; descrever o processo de implantação da fundação estatal, particularmente na área da gestão do trabalho. Propõe-se, ainda a avaliar a repercussão do processo de implementação da Fundação Hospitalar junto aos principais atores implicados no HUSE, sobretudo no que tange aos aspectos relativos à gestão do trabalho.

Metodologia

A pesquisa compreenderá um estudo de caso de abordagem qualitativa, com análise de documentos referentes à criação da FHS, relatórios de gestão, convênios, contratos e documentos que se refiram às estratégias de desenvolvimento e implementação das Fundações e da política de gestão do trabalho no Estado de Sergipe. Para a análise proposta, os referenciais teóricos adotados serão aprofundados, considerando limites e possibilidades da experiência estudada para construção de um processo de mudança organizacional, a partir de uma revisão

bibliográfica com foco no modelo das fundações estatais, nos problemas e tendências da gestão do trabalho, no processo de implementação do SUS. Serão realizadas entrevistas com atores-chave que tenham participação em diversos níveis na implantação do modelo - gestores e consultores da FHS, membros de entidades representativas da sociedade civil, superintendente, coordenadores e gerentes do HUSE e, ainda, grupos focais constituídos com trabalhadores do HUSE.

Resultados esperados

Demonstrar que a implementação da Fundação Hospitalar de Saúde, além de favorecer a construção de uma nova moldura para o trabalho, com a criação de novas formas organizacionais no setor público, da reorganização do processo de trabalho nos hospitais e reordenação das relações de trabalho e de poder, pode favorecer a construção de um imaginário de mudança para os sujeitos inseridos nesse processo, capaz de potencializar transformações na cultura organizacional hospitalar e valorizar o vínculo e a crença no projeto de reforma.

A FÉ NO SUS: FUNDAÇÃO ESTATAL COMO PROPOSTA DE GESTÃO DO TRABALHO PARA A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA BAHIA.

15

ALUNA

Láise Rezende de Andrade

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

E-MAIL

laiseandrade@hotmail.com

ORIENTADOR

Cristiani Vieira Machado

SEGUNDO ORIENTADOR

Márcia Teixeira

Introdução

Um dos problemas concretos da gestão e da atenção à saúde na atenção básica do Estado da Bahia está relacionado ao fato de a Estratégia Saúde da Família (ESF), desde sua implantação, vir enfrentando a precariedade das contratações dos trabalhadores, dificuldades no provimento e fixação, características da ausência de carreira e de investimentos insuficientes na formação e qualificação dos profissionais de saúde. Isso tem se traduzido em distorções nos projetos de cuidado e vínculo pensados para a estratégia em todo o país.

Justificativa

A despeito dos avanços que a Estratégia anuncia para reorganização dos modelos de atenção e do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), essa segue enfrentando sérios problemas relativos à gestão do trabalho e à qualificação dos trabalhadores. Um exemplo é o crescimento marcante nas formas “alternativas” de contratação de trabalhadores, criadas com intuito de driblar as restrições orçamentárias vigentes. Assim, com o argumento de manter em funcionamento seus serviços, os gestores investem pesadamente em terceirizações, construindo vias de flexibilização que lhes permitam contratar de forma rápida e menos onerosa seus trabalhadores. Urge, portanto, pensar propostas com bases legais capazes de enfrentar o conjunto de problemas citados sem perder de vista as peculiaridades do trabalho em saúde. Em 2007, a Secretaria de Saúde da Bahia, partindo desse cenário que dificulta a implementação da própria estratégia, propôs uma nova figura jurídica, a Fundação Estatal Saúde da Família (FESF), como novo modelo de gestão do trabalho para os profissionais de nível superior da ESF.

Objetivo

Analisar as estratégias de gestão do trabalho da Fundação Estatal Saúde da Família, buscando compreender seus desafios, limites e possibilidades para o enfrentamento de problemas de provimento, fixação e qualificação dos trabalhadores para a Estratégia de Saúde da Família na Bahia.

Aspectos metodológicos

É importante ressaltar que durante a realização deste estudo a proposta da FESF esteve em processo de construção, com implantação em junho de 2009. Isto trouxe muitos desafios

metodológicos para este estudo, pois a base documental utilizada era frequentemente revisada. A pesquisa é eminentemente qualitativa e compreende um estudo de caso. Sua ênfase é na análise documental e apóia-se em entrevistas com atores envolvidos na formulação e debate da FESF para explicitar o contexto de surgimento da proposta, bem como os condicionantes desse processo. A estrutura da dissertação está dividida em quatro capítulos que tratam respectivamente das repercussões das mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado para a saúde no Brasil; do contexto e caracterização da proposta nacional de Fundação Estatal; da situação atual da gestão do trabalho na ESF na Bahia e; da caracterização da proposta de gestão do trabalho da FESF na Bahia. Para essa caracterização, capítulo central da dissertação, tomou-se como referência três eixos centrais: jurídico institucional, sistema de governança e proposta de gestão do trabalho, com ênfase nesse último.

Resultados esperados

A caracterização, publicização, registro e análise do surgimento desse novo ente jurídico intermunicipal que, junto com o estado da Bahia, desenvolverá uma nova proposta de gestão do trabalho com base em uma carreira estadual para a saúde da família.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE: A VISÃO DO PROFESSOR

16

ALUNA

Laura Maria Pinheiro Leão

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Universidade Estadual de Montes Claros – (ETS/CEMF/UNIMONTES)

E-MAIL

laurapinehirolinda@hotmail.com

ORIENTADORA

Maria de Fátima Lobato Tavares

Introdução

Criada em 1991, a Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Universidade Estadual de Montes Claros oferece Cursos de Educação Profissional Técnica em Saúde a trabalhadores inseridos ou em processo de ingresso nos serviços de saúde. Após avaliação desses cursos e a partir da vivência da pesquisadora como coordenadora pedagógica na Escola, algumas dificuldades de ordem pedagógica passaram a ser foco de interesse e este estudo pretende analisar a prática pedagógica dos professores dos Cursos oferecidos. Na Escola a ser pesquisada o eixo orientador da educação profissional é o processo de trabalho em saúde, tendo como referência os princípios do SUS. Assim, o desenvolvimento deste estudo se coloca enquanto estratégia de sistematização do conhecimento na problemática apresentada, o que possibilitará a compreensão

de processos e fenômenos que resultem em subsídios para o trabalho educativo da escola, para a prática pedagógica dos docentes e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Justificativa

A realização desta pesquisa justifica-se por existir a possibilidade das questões a serem analisadas no estudo reverterem numa proposta de intervenção a ser apresentada para a instituição lócus da pesquisa; por se tratar da escolha de um problema construído a partir da experiência e vivência da pesquisadora em situação de trabalho e pela possibilidade de ampliar a produção bibliográfica acerca da docência na educação profissional, de maneira a contribuir com a reflexão da prática docente em outras escolas que fazem parte da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS). O estudo contribuirá para as análises e reflexões da comunidade acadêmica, na medida em que apresentará resultados da análise da situação real das práticas pedagógicas, servindo de subsídio para as propostas de formação docente.

Objetivo Geral

Analisar a prática pedagógica dos professores dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde da Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Universidade Estadual de Montes Claros.

Objetivos específicos

- a) Identificar as concepções pedagógicas do Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- b) Analisar as perspectivas e demandas de formação dos docentes dos Cursos da Escola pesquisada, no que se refere a percepção da sua própria prática pedagógica;

- c) Descrever as dificuldades e facilidades dos docentes dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde na realização de sua prática pedagógica.

Metodologia

Será desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, tratando-se de um estudo descritivo realizado por meio da técnica de entrevista semi-estruturada com base em roteiro previamente estabelecido, tendo como técnicas complementares a observação participante e a análise documental.

Resultados esperados

Pretende-se obter subsídios necessários para o aprimoramento do papel político e social da Escola e para a superação das dificuldades que se impõem à realização de uma educação na perspectiva crítica e transformadora, necessária à valorização dos trabalhadores e da política pública de saúde implementada pelo Sistema Único de Saúde, considerando que a escola tem por finalidade formar trabalhadores comprometidos com a consolidação desse sistema.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA: O CASO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO EM EVIDÊNCIA

17

ALUNA

Lissandra Maria Cavalcante de Moraes

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

E-MAIL

lissandramoraes@terra.com.br

ORIENTADOR

Maria Helena Machado

SEGUNDO ORIENTADOR

Eliane dos Santos de Oliveira

Introdução

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT) como proponente da política de educação permanente realiza vários cursos, como capacitações, especializações e cursos de formação técnica em nível médio. Na formação técnica tem priorizado os trabalhadores de nível médio já inserido nos serviços de saúde vinculados ao SUS, a partir das demandas dos municípios e Escritórios Regionais de Saúde (ERS). O curso Técnico em Patologia Clínica, objeto deste estudo, foi realizado em vários Escritórios Regionais de saúde, considerando o cenário interno da subárea que mostra um quadro precário de recursos humanos com um grande contingente constituído de trabalhadores sem formação específica, orientados e treinados em serviços, pelos profissionais que respondem pela responsabilidade técnica dos setores. Este fato denuncia uma

demanda de formação técnica que atenda às exigências do mercado e correspondam ao perfil exigido pelo processo de trabalho na subárea de Bodiagnóstico.

Justificativa

A qualidade dos serviços de saúde prestados à população depende em grande parte, da atuação e formação dos técnicos em saúde, os quais são encontrados nos serviços de saúde em número expressivo. A ESPMT constitui-se em um centro de referência em Educação Profissional na área da saúde, deste modo, é fundamental avaliar os egressos, como forma de garantir a qualidade do ensino e a resolutividade dos processos formativos. O presente estudo também se faz necessário diante do cenário de atuação da escola, frente às solicitações e demandas dos próprios serviços. Avaliar a contribuição da formação dos Técnicos em Patologia Clínica, no que diz respeito à profissionalização, aprimoramento de sua prática profissional, e melhoria da qualidade do atendimento prestados à população, será de fundamental importância à escola, e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso. Isto permitirá mensurar tanto pontos positivos e negativos, existentes nos cursos já realizados, oportunizando melhoria na qualidade do ensino profissional, servindo de referência na implantação de novas turmas, e contribuindo para subsidiar a política de Formação Profissional Estadual executado pela Escola de Saúde Pública de Mato Grosso. Acrescenta-se ainda, o aprimoramento de prática profissional dos técnicos formados, influenciando, por sua vez, na melhoria da qualidade do atendimento prestado à população. Poderá também contribuir para a reformulação das metodologias e currículos do Curso na área de bodiagnóstico, além de subsidiar a educação permanente no âmbito dos próprios serviços, para a consolidação e fortalecimento do SUS.

Objetivo Geral

Analisar a contribuição do Curso Técnico em Patologia Clínica, da ESPMT, para a profissionalização dos técnicos pertencentes às Regionais de Saúde da Baixada Cuiabana e Peixoto de Azevedo.

Objetivos Específicos

- a) Identificar a atuação profissional dos técnicos de nível médio em Patologia Clínica;
- b) Analisar a contribuição do curso para a inserção no mercado de trabalho, com vistas à profissionalização; analisar a contribuição do Curso da ESPMT para o SUS;
- c) Contribuir para subsidiar a Política de Formação Profissional, executada pela ESPMT em nível estadual.

Metodologia

Terá como eixo central abordagem de caráter quantitativo e qualitativo, através de estudo descritivo-analítico, para identificar a atuação profissional e inserção no mercado de trabalho dos Técnicos em Patologia Clínica formados na ESPMT. Os sujeitos desta pesquisa serão 57 Técnicos em Patologia Clínica formados em 2006, nas regionais Baixada Cuiabana e Peixoto de Azevedo. Serão aplicados questionários, contendo perguntas fechadas e abertas, auto-aplicativas.

Resultados esperados

Os resultados contribuirão com a implantação de novas turmas do curso técnico em Patologia Clínica, e na discussão da profissionalização dos técnicos no mercado de trabalho para atuarem no SUS, mediante exercício eficiente, participação ativa, consciente e crítica no seu processo de trabalho.

FORMAÇÃO E PRÁTICA: VISÃO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL DA BAIXADA CUIABANA

18

ALUNA

Márcia Regina de Magalhães Baicere

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública de Mato Grosso

E-MAIL

gbaicere@terra.com.br

ORIENTADOR

Sérgio Oliveira Pacheco

SEGUNDO ORIENTADOR

Marismary Horsth De Seta

Introdução

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT) é uma unidade descentralizada da Secretaria de Estado de Saúde - SES, onde a educação profissional é uma prática constante viabilizando vários cursos de capacitação e profissionalização do trabalhador na área da Saúde. No campo da Vigilância, os trabalhadores atuavam sem uma formação específica, recebendo apenas capacitações emergenciais para assumirem as complexidades das funções do setor. Buscando atender essa clientela a escola vem realizando esta profissionalização, através do curso Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental em parceria com os Escritórios Regionais de Saúde (ERS) e as Secretarias Municipais de Saúde. Em 2004, foi implantado o referido curso em atendimento

da demanda do ERS da Baixada Cuiabana. Para o exercício profissional deste trabalhador é necessário uma demanda crescente por informação e conhecimento científico atualizado; saberes oriundos de vários ramos do conhecimento humano e saberes específico.

Justificativa

O processo de descentralização das ações e dos serviços de saúde foi acontecendo, sem que os municípios estivessem com a equipe de recursos humanos devidamente preparados para assumir essas funções. A formação e a capacitação são desafios a serem superados pelas ETSUS, com conhecimentos técnicos e científicos, incluindo novos paradigmas possibilitando um processo de transformação social. Nesse contexto, está à vigilância sanitária devido à amplitude do seu campo de trabalho, de intervir nos riscos à saúde, é muito importante a formação dos recursos humanos, devido à escassez de profissionais com formação específica. Esta pesquisa contribuirá para melhor compreensão do papel escola, na condução da educação profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), refletindo a formação em Vigilância Sanitária a fim de estabelecer a necessidade, a revisão e adequação do referido curso, além de contribuir para concretização do processo de construção da política de formação e educação permanente dos trabalhadores do SUS.

Objetivo geral

Analisar em que medida a formação profissional em Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, contribui para a prática profissional desenvolvida na Vigilância Sanitária dos municípios pertencentes ao ERS da Baixada Cuiabana, no Estado de MT.

Objetivos específicos

Mapear a prática desenvolvida pelos egressos da ESPMT, na área de Vigilância Sanitária nos municípios do ERS da Baixada Cuiabana; Relacionar as habilidades colocadas na matriz curricular em relação à Vigilância Sanitária com a prática desenvolvida pelos egressos no trabalho; Propor estratégias que subsidiem a adequação da matriz curricular considerando a realidade das práticas profissionais desenvolvidas pelo Técnico.

Metodologia

Será utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa de caráter exploratório em relação à formação recebida e sua aplicabilidade na prática profissional. Propõe-se a utilização da técnica de coleta de dados, através de questionário, bem como a utilização da análise documental e pesquisa bibliográfica.

Resultados esperados

A pesquisa será de grande significação como contribuição à formação de nível médio em Vigilância Sanitária, na produção de conhecimento sobre esta formação, na articulação dos conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a reorientação das práticas profissionais conforme as necessidades dos serviços e reorganização das práticas sanitárias.

O CURSO TÉCNICO EM FARMÁCIA NA ETSUS-SP: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

19

ALUNA

Maria Cecília Machado Greco

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica do SUS do município de São Paulo - (ETSUS-SP)

E-MAIL

mgreco@prefeitura.sp.gov.br

ORIENTADOR

Antenor Amâncio Filho

SEGUNDO ORIENTADOR

Eliane dos Santos Oliveira

Introdução

Historicamente a situação da Assistência Farmacêutica no município de São Paulo sempre foi deficitária, principalmente na qualidade e quantidade de recursos humanos que atuam nas farmácias das Unidades de Saúde. Diante desse quadro, a área técnica de Assistência Farmacêutica ligada à Coordenação da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a Coordenação do Curso de Técnico em Farmácia da Escola Técnica do SUS do município de São Paulo (ETSUS-SP) e farmacêuticos do município optaram por formar técnicos para a área, profissionalizando os funcionários que atuavam nas farmácias das unidades de saúde, sem formação específica. O currículo do Curso de Técnico em Farmácia foi criado baseado no processo de trabalho desenvolvido nas farmácias das unidades de saúde do SUS. É estruturado em

módulos, com uma carga horária total de 1200 horas com 200 horas de estágio supervisionado. Foi construído concebendo o homem como sujeito da práxis e não como mera força de trabalho e instrumento de produção, que integraliza a formação profissional com um perfil de atribuições de caráter técnico, político e social. No período de 2006 a 2008 foram concluídas 6 turmas em classes descentralizadas nas diversas regiões da cidade de São Paulo, formando ao todo 140 trabalhadores. Neste momento é importante analisar este curso, pois propiciará uma reflexão que poderá suscitar possíveis alterações em sua estrutura e fornecer subsídios para intervenções nos cursos técnicos da escola e na política de educação profissional da Secretaria Municipal de Saúde.

Justificativa

A farmácia representa uma das principais alternativas para a resolução dos problemas da população. Estes estabelecimentos geralmente não têm a preocupação com a prestação efetiva de serviços de atenção a saúde, pois são um comércio que visam o lucro. São ocupados por um imenso contingente de trabalhadores não qualificados, pelos quais deve responder o farmacêutico responsável. Problemas com a qualidade de recursos humanos ocorrem tanto dentro do setor privado quanto no público. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 50% da população utiliza os produtos farmacêuticos de forma incorreta. O medicamento é a intervenção terapêutica mais utilizada e também a mais efetiva em termos de custo, desde que a prescrição e seu uso forem racionais, o que torna importante a presença de pessoal qualificado, melhorando a assistência prestada.

Objetivo geral

Analisar o Curso de Técnico em Farmácia da Escola Técnica de Saúde (ETSUS-SP).

Objetivos específicos

- a) Registrar a opinião dos egressos e dos docentes sobre o Curso de Técnico em Farmácia;
- b) Verificar as aspirações profissionais dos egressos;
- c) Identificar se a participação no Curso de Técnico em Farmácia proporcionou uma reflexão na vida profissional e pessoal nos egressos e nos docentes;
- d) Contribuir para uma reflexão sobre o Curso de Técnico em Farmácia na e reunir elementos para subsidiar a política de educação profissional da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Metodologia

Será desenvolvida uma pesquisa de abordagem quantitativa, com a utilização de questionário que será aplicado a vinte e cinco egressos e entrevista semi-estruturada, a ser feita com três docentes. A turma escolhida é a da região sudeste do município de São Paulo, formada em 2007.

Resultados esperados

Analisar a contribuição do curso para a profissionalização dos trabalhadores; verificar se os profissionais formados entendem o seu papel no SUS e o seu trabalho nas farmácias das unidades de saúde e verificar se a participação no Curso de Técnico em Farmácia proporcionou uma reflexão na vida profissional e pessoal dos alunos e docentes.

OS VÍNCULOS SUBJETIVOS COM O TRABALHO EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO ESTADO DE SERGIPE: DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

ALUNA

Maria da Conceição de Santana Lima

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe

E-MAIL

maria.lima@funesa.se.gov.br

ORIENTADOR

Marilene de Castilho Sá

Introdução

O projeto pretende examinar os vínculos - simbólicos e imaginários - que os trabalhadores de uma organização de saúde do setor público no Estado de Sergipe mantêm com essa organização e com seu trabalho, e discutir possíveis caminhos para uma política de Educação Permanente que se pretenda como um dispositivo cotidiano da gestão, favorecedor da criatividade e da responsabilização dos trabalhadores para com suas atividades e com a população atendida. O trabalho em saúde tem, em sua essência, uma dimensão intersubjetiva e de intervenção e mobiliza muito o psiquismo dos sujeitos. As organizações de saúde, por sua vez, são portadoras de um imaginário e se utilizam da estrutura psíquica desses sujeitos trabalhadores, pois eles se ligam a elas não apenas por vínculos materiais, mas também por vínculos afetivos. Como a Educação

Permanente em Saúde (EPS) é um processo educacional com foco no cotidiano de trabalho, permeado pelas relações que se concretizam na realidade, poder-se-ia tomar a EPS como uma das estratégias da gestão para tornar os trabalhadores menos alienados, ou mais comprometidos com o trabalho e a instituição. Conhecendo o imaginário do trabalhador da saúde e suas representações acerca da atividade que exerce e da instituição à qual estão vinculados, pode ser possível identificar fatores condicionantes para o estabelecimento dos seus vínculos e o que interfere na qualidade desses vínculos, repercutindo na qualidade do seu trabalho. Tal conhecimento é importante na medida em que poderá subsidiar o desenvolvimento de estratégias de organização do trabalho e da gestão (dentre as quais a Educação Permanente), que contribuam com esses trabalhadores no acesso à sua própria subjetividade, aos significados de suas práticas e de suas relações.

Justificativa

O trabalho em saúde, por sua característica central intersubjetiva, é altamente exigente do trabalho psíquico (produção de representações, ilusões, imagens sobre o trabalho e a população atendida, etc.). Os resultados desses processos podem condicionar favorável ou desfavoravelmente a qualidade do cuidado e o vínculo com o trabalho. A Educação Permanente em Saúde pode ser compreendida como uma estratégia da gestão que favoreça uma melhor reflexão dos trabalhadores sobre o seu vínculo com o trabalho, e a conseqüente produção de um imaginário voltado para maior responsabilização e criatividade.

Objetivo

Examinar os vínculos simbólicos e imaginários que os trabalhadores do Hospital de Urgências de Sergipe (HUSE) mantêm com essa organização e seu trabalho e possíveis caminhos para as estratégias de Educação Permanente no Estado.

Metodologia

O estudo tem como referenciais teóricos a Psicossociologia francesa e a Psicodinâmica do Trabalho. Será uma pesquisa qualitativa, no setor de Pediatria do Hospital de Urgências de Sergipe, o maior hospital geral do estado. Inicialmente será feito um estudo exploratório, mediante encontros informais com a coordenação do setor e a direção do hospital, para apresentação do projeto. A pesquisa propriamente dita se dará por meio da observação participante, por entrevistas individuais com os trabalhadores efetivos, de diversas categorias profissionais e níveis hierárquicos e, também, por meio de análise documental.

Resultados esperados

Apreender as imagens, metáforas e sentidos atribuídos à organização que perpassam o relato dos entrevistados, suas representações acerca do hospital, do seu trabalho, da Educação Permanente em Saúde e, a partir da discussão desses achados da pesquisa, pretende-se problematizar os limites e possibilidades da EPS no hospital, como um dispositivo cotidiano da gestão.

DÉMARCHE ESTRATÉGICA EM UNIDADE MATERNO INFANTIL DO PIAUÍ: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO.

21

ALUNA

Maria de Jesus Dias de Araújo

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria de Estado de Saúde do Piauí

E-MAIL

jesus.diasf@bol.com.br; jesusdiasf@gmail.com

ORIENTADOR

Elizabeth Artmann

Introdução

O Sistema Único de Saúde enfrenta problemas de fragmentação do processo de trabalho e das relações entre os profissionais. O enfoque da Démarche Estratégica busca explorar as sinergias e parcerias, articulando as carências de racionalidade no atendimento às necessidades da população, privilegiando a mudança e a aprendizagem permanente, com a participação dos atores envolvidos. O método foi desenvolvido para hospitais públicos, por sua localização estratégica e por atenderem a uma demanda regionalizada (Artmann & Rivera, 2003).

Justificativa

O estudo será realizado na Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER), Teresina, Piauí, instituição escolhida por ser

referência estadual e regional, incluída, em 2002, entre os sete hospitais agregados ao Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), Regional Nordeste I. O estudo proposto referencia-se na “Démarche Estratégica” para análise dos espaços participativos de gestão. Busca apoio em elementos da microeconomia, da política, do desenvolvimento organizacional e envolve, ainda, uma análise cultural da instituição. O método propõe redesenhar a missão institucional e buscar a inserção do hospital na rede de serviços de saúde, de forma coordenada, de forma coordenada.

Objetivo geral

Analisar os espaços de participação dos profissionais de saúde na gestão e definição da missão da Unidade Neonatal da Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER), em relação à Política Nacional de Humanização.

Objetivos específicos

- a) Conhecer a missão atual da MDER e em que medida incorporou a política de humanização;
- b) Identificar as formas de diálogo entre a direção e os demais trabalhadores da MDER;
- c) Aplicar o enfoque adaptado da Démarche Estratégica aos serviços de neonatologia da MDER.

Metodologia

Além da análise documental, serão realizadas entrevistas e utilizadas ferramentas da démarche estratégica. As entrevistas serão orientadas por roteiros semi-estruturados, abordando os temas incorporação/práticas de humanização, definição e valor dos segmentos de atividades, análise de competitividade. Será utilizada uma adaptação da démarche estratégica, conforme feita por Andrade & Artmann (2009), com informantes-chave.

Serão aplicadas as seguintes fases:

- a) **Análise do existente:** corresponde ao diagnóstico administrativo e médico, inclui a lista de parceiros e concorrentes, bem como o desenho da rede de cuidados;
- b) **Segmentação:** definição dos principais agrupamentos homogêneos de atividades, por especialidades, considerando as categorias patologia, tecnologia, modos de atenção e população, permitindo uma análise estratégica representativa da instituição;
- c) **Análise do valor do segmento:** refere-se ao interesse ou nível de prioridade relativo que os segmentos teriam para a especialidade, em função de uma política geral, e se expressa pelo interesse em lhes alocar recursos;
- d) **Análise da Posição Competitiva:** avaliada considerando-se o grau de controle sobre os Fatores-Chave de Sucesso (FCS), que determinam a capacidade do hospital de obter bons resultados em cada um de seus segmentos e atividades, ou seja, satisfazer as demandas do serviço em quantidade e qualidade;
- e) **Porta-fólio de atividades:** permite determinar prioridades, desenhar estratégias que podem ser de crescimento, manutenção ou diminuição das atividades ou, ainda, de criação de um segmento, bem como a visualização imediata do desempenho da instituição, permitindo obter uma idéia do conjunto e valor comparativo da posição concorrencial.

Os resultados desta análise poderão trazer indicações para um Plano de Ação. Resultado esperado: Contribuir na análise dos espaços de participação dos profissionais de saúde em relação à Política de Humanização.

Referências

Artmann, E. & Rivera, F. J. U. *A démarche stratégique (gestão estratégica hospitalar): um instrumento de coordenação da prática hospitalar baseado nos custos de oportunidade e na solidariedade*. Ciência & Saúde Coletiva, v.08, n.02, 2003 e Andrade, M.A.C. & Artmann, E. *Démarche estratégica em unidade materno infantil hospitalar*. Rev. Saúde Pública, v.43, nº 1, São Paulo, Fev. 2009.

INTEGRALIDADE: SENTIDO, CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO PARA OS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM.

22

ALUNA

Marta de Fátima Lima Barbosa

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Formação Técnica em Saúde “Enfª Izabel dos Santos” e Hospital dos Servidores do Estado

E-MAIL

martabarbosa@ensp.fiocruz.br

ORIENTADOR

Ana Luíza Stiebler Vieira

Introdução

A Integralidade constitui-se como um dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde e que no cotidiano da prática profissional e da gestão dos serviços encontra desafios para ser plenamente efetivado. Apresenta um conceito que não é unívoco, podendo ser percebidos vários sentidos relacionados ao tema, gerando diversas práticas de integralidade que podem ser implementadas implicando em mudanças que se fazem necessárias nos paradigmas que norteiam a formação e o processo de trabalho em saúde. A pesquisa tem como foco principal a integralidade no cotidiano do trabalho em saúde do técnico de enfermagem e tem em vista a necessidade de obter respostas para questões do seguinte teor: Qual o conhecimento dos técnicos de enfermagem acerca do princípio

da integralidade?; De que forma este princípio se aplica na sua prática profissional?; Como apreenderam este princípio na sua formação?; Que estratégias de intervenção na sua formação podem ser pensadas de modo a favorecer a efetivação do princípio da integralidade no seu processo de trabalho?

Justificativa

A realização do estudo adquire relevância e justificativa ao ser construído na perspectiva de contemplar as seguintes finalidades:

- a) Intensificar o diálogo fundamentado nos princípios doutrinários do SUS, em busca de uma prática integralizadora no atendimento das necessidades de saúde;
- b) Direcionar o olhar para os técnicos de enfermagem, considerando-os sujeitos protagonistas de atenção integral inseridos na equipe de saúde;
- c) Contribuir na formação dos mesmos, através da revisão do currículo do técnico de enfermagem da ETIS, fundamentando-se em suas percepções de modo a refletir e reconstruir a prática em saúde que seja coerente com o princípio de integralidade;
- d) Avançar na articulação escola/serviço em busca de correlação teoria/prática e de ênfase na educação permanente de egressos e demais trabalhadores de nível médio em saúde/enfermagem, em prol da garantia de saúde como direito e como serviço.

Objetivo geral

investigar a percepção e a prática do princípio de integralidade entre os técnicos de enfermagem egressos de uma escola técnica de saúde (Escola de Formação Técnica em Saúde “Enf^a Izabel dos Santos” – ETIS) e trabalhadores de uma instituição hospitalar do Sistema Único de Saúde (Hospital dos Servidores do Estado - HSE).

Objetivos específicos

- a) Identificar a percepção e as ações de integralidade entre os profissionais de nível técnico em enfermagem que atuam no HSE;
- b) Analisar a proposta da ETIS no que concerne ao desenvolvimento pedagógico com a finalidade de perceber em que medida contempla uma compreensão do princípio da integralidade na sua formação;
- c) Apontar principais estratégias de (re)significação do princípio da integralidade na formação e prática destes profissionais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza dois instrumentos de pesquisa: a análise documental que orientam a ação pedagógica da ETIS; e a aplicação de questionários junto aos técnicos de enfermagem de forma a permitir a identificação das dificuldades, perspectivas e demandas no que concerne ao tema e ainda, apontar estratégias para a revisão do currículo do técnico de enfermagem.

Resultado esperado

Contribuir na formação do técnico de enfermagem para que este profissional, no contexto da equipe de saúde, efetive seu papel de sujeito crítico e atuante em ações de integralidade no cotidiano do trabalho em saúde.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PARA CONSELHEIROS E AGENTES SOCIAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2005-2006): UM ESTUDO SOBRE SEU PROCESSO DECISÓRIO

ALUNA

Nídia Fátima Ferreira

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

E-MAIL

nidiaffer@hotmail.com

ORIENTADOR

Marcelo Rasga Moreira

Introdução

Em 2005, o Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso (CES – MT) deliberou sobre a necessidade de elaboração de uma Política de Educação Permanente em Saúde, capaz de propiciar a capacitação dos conselheiros e agentes sociais na gestão e construção do Sistema Único de Saúde. Para formulá-la, constituiu um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) cuja proposta, apesar de aprovada em reunião ordinária do Conselho, não foi colocada em prática pelo Poder Executivo. Em 2009, o CES reinseriu esta política em sua agenda e pretende, mais uma vez, colocá-la em prática. Neste contexto, a pesquisa ora proposta pretende analisar o processo decisório da Política de Educação Permanente para Conselheiros de Saúde e Agentes Sociais do Estado de Mato Grosso, a fim de identificar entraves, problemas e impasses responsáveis pela não-efetivação da

política formulado pelo GTI. Com isto, pretende contribuir para a retomada do processo e para a efetivação da referida política.

Justificativa

O estudo do processo decisório contribui para evidenciar e compreender os motivos que levam à não-implementação de uma política, bem como os interesses e motivos dos diferentes atores envolvidos. Esta compreensão é fundamental para a gestão pública, sobretudo quando há uma recolocação da iniciativa não-implementada na agenda política, situação em que pode evitar a repetição de erros e viabilizar a mudança de rotas, colaborando para a construção de um SUS resolutivo, de qualidade e com participação e controle social.

Objetivo geral

Analisar o processo decisório da Política de Educação Permanente em Saúde para Conselheiros e Agentes Sociais do Estado de Mato Grosso (2005/2006).

Metodologia

Para levantar os dados necessários para esta análise serão utilizadas fontes secundárias que inventariem o processo de formulação da referida política de educação permanente (relatórios produzidos durante a realização das oficinas pelo GTI; atas das reuniões do CES; relatórios de avaliação e etc.). O estudo destes documentos buscará identificar os atores-chave do processo de formulação, assim como os motivos e interesses por eles representados. Como para este tipo de estudo o exame das fontes secundárias é gerador de lacunas, aplicar-se-á a técnica de entrevista semi-estruturada com os atores-chave identificados. Para uma melhor compreensão das entrevistas, utilizar-se-á um referencial analítico que envolve categorias e conceitos acerca do processo decisório e da

participação dos conselhos de saúde neste processo. Para apoiar esta análise serão utilizados pressupostos da técnica de análise de discurso, em especial no que se refere à ênfase na compreensão da posição social do entrevistado como determinante para sua fala.

Resultados esperados

Um conjunto de informações e explicações capazes de contribuir para que, na nova tentativa de implementação da Política de Educação Permanente em Saúde para Conselheiros e Agentes Sociais, os problemas já ocorridos sejam superados e não sejam, novamente, óbices.

CARACTERIZAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO ESTADO DE MATO GROSSO

24

ALUNA

Nilene Duarte

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública de Mato Grosso/SES-MT

EMAIL

nilene.d@terra.com.br

ORIENTADOR

Maria Helena Machado

SEGUNDO ORIENTADOR

Neuza Maria Nogueira Moysés

Introdução

Com a consolidação do Programa de Saúde da Família (PSF) torna-se necessário ampliar e fortalecer a formação de recursos humanos de nível médio, para dar cumprimento às ações da atenção básica no Sistema Único de Saúde nos diversos municípios do estado de Mato Grosso. Considerando a extensão territorial do estado e a demanda por agentes comunitários de saúde qualificados, a Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP-MT), qualifica a força de trabalho para atuar no PSF, na perspectiva de mudar as práticas de saúde e melhorar o atendimento à população. O curso de Formação do Agente Comunitário de Saúde (ACS) tem como eixo metodológico a integração ensino-serviço, em que os ACS constroem conhecimentos baseados em suas experiências

anteriores e em atividades que estimulem a tomada de decisões, as percepções e reflexões sobre sua prática, com ênfase no trabalho cooperativo, tendo como docentes profissionais pertencentes à Equipe de Saúde da Família . O presente estudo tem como foco analisar o corpo docente do Curso de Formação do Agente Comunitário de Saúde e verificar a pertinência e adequação daqueles que foram responsáveis por esta capacitação no estado.

Justificativa

O estudo é importante para apontar evidências e subsídios para a condução das ações deliberadas pela ESPMT no processo de seleção e contratos de docentes do Curso considerado .O estudo também se faz necessário diante do cenário de atuação da Escola de Saúde Pública de MT, frente às solicitações e demandas dos próprios serviços. A análise das características gerais e específicas do conjunto de docentes do curso de qualificação dos ACS será de grande valia para a ESPMT e, conseqüentemente, para a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, pois permitirá mensurar tanto as virtudes quanto as falhas eventualmente existentes no processo de seleção e de contratação de docentes, oportunizando melhoria na qualidade do processo, servindo de referência para os novos processos seletivos e contratos, contribuindo para subsidiar a política de Formação Profissional Estadual.

Objetivo geral

Analisar as características gerais e específicas do conjunto de docentes do curso de qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, na Regional de Saúde da Baixada Cuiabana, no período de 2006 a 2008.

Metodologia

Além da análise documental sobre o assunto objeto de estudo, de dados do cadastro de docentes e de documentos referentes ao perfil requerido do docente para atuar no referido curso, será realizada coleta de dados utilizando-se um questionário auto-aplicativo, onde o informante deverá escolher a resposta que melhor se aproxime de sua realidade. A metodologia utilizada será de caráter quali-quantitativo, abrangendo o universo de 58 docentes envolvidos no curso, na Capital Cuiabá e nos municípios para onde o mesmo foi descentralizado: Acorizal, Jangada, N.Braslândia, Poconé e Santo Antonio de Leverger, no período de 2006 a 2008.

Resultados esperados

Espera-se obter como resultado a evidencia de que a grande maioria dos docentes que se envolvem no processo de qualificação dos agentes comunitários de saúde são enfermeiros e atendem ao perfil preconizado no processo seletivo para a qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde. Espera-se, ainda, subsidiar a ESPMT nos novos processos seletivos e contratos de docentes e contribuir para a política de Formação Profissional Estadual.

ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO DA EQUIPE DE APOIO INSTITUCIONAL, COM FOCO NA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA, NO ESTADO DA BAHIA

ALUNA

Renata Maria de Oliveira Costa

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

E-MAIL

renata.costa@saude.ba.gov.br

ORIENTADOR

Maria Inês Carsalade Martins

SEGUNDO ORIENTADOR

Márcia Teixeira

Introdução

Os processos de trabalho na gestão estadual têm se organizado numa lógica quantitativa, normativa, com baixa capacidade avaliativa e de inovação gerencial. O modelo de gestão implementado na Diretoria de Atenção Básica/DAB-BA pretende responder aos desafios postos à gestão estadual, em especial no que se refere à gestão do trabalho e da educação, tendo em vista a precariedade das relações de trabalho e o insuficiente investimento na formação e desenvolvimento dos trabalhadores no SUS. O Apoio Institucional constitui um dos eixos da Política Estadual de Atenção Básica na Bahia.

Esse arranjo organizacional, implantado no âmbito da gestão estadual, tem seu processo de trabalho fundamentado no apoio Paidéia, que entende a gestão como função gerencial, política, pedagógica e terapêutica.

Justificativa

O estudo encontra justificativa no fato de que o trabalho da equipe multiprofissional de apoio institucional busca o desenvolvimento da Atenção Básica como estratégia de reordenamento do setor saúde, sendo a Estratégia de Saúde da Família reorientadora do modelo assistencial. Propõe-se um processo dialógico e pactuado, numa relação horizontal, democrática e pedagógica, ou seja, de co-gestão com os níveis regionais e municipais de saúde; em detrimento de um processo vertical e burocrático de supervisão.

Objetivo geral

Trata-se de um estudo de caso descritivo, que objetiva analisar o processo de trabalho da equipe de Apoio Institucional da DAB-BA à luz da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Objetivos específicos

- a) Conhecer o perfil dos apoiadores institucionais da DAB-BA;
- b) Sistematizar as características do processo de trabalho e dos espaços de educação permanente na agenda da equipe de apoiadores;
- c) Analisar, com foco na gestão do trabalho e da educação, o processo de trabalho dessa equipe de apoiadores institucionais.

Metodologia

Além de identificar e analisar documentos legais e oficiais serão coletados outros dados através de um questionário semi-estruturado, auto-aplicado aos vinte e dois apoiadores institucionais da DAB-BA que, posteriormente, participarão de uma oficina, na qual serão apresentados e discutidos os resultados preliminares, suscitando um debate sobre a gestão do trabalho e da educação no seu processo de trabalho; além de configurar um espaço pedagógico para uma reflexão teórico-prática, vivenciando o “método da roda” e percebendo aspectos subjetivos do processo de trabalho. As informações serão analisadas a partir do perfil da equipe, do processo de trabalho e da educação permanente.

Resultados esperados

As recomendações/sugestões oriundas do estudo poderão contribuir para o planejamento de uma prática de gestão mais coerente e adequada no fazer (co-gestão) e no dever de cumprir com a responsabilidade sanitária de promover saúde integral e qualificada à população, na atenção básica.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO AUXILIAR DE ENFERMAGEM: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO LARGA ESCALA NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE/RJ

ALUNA

Sandra Ferreira Gesto Bittar

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Formação Técnica em Saúde “Enfª Izabel dos Santos”/Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro

E-MAIL

sandra_bittar@yahoo.com.br; sebittar@terra.com.br

ORIENTADOR

Antenor Amâncio Filho

SEGUNDO ORIENTADOR

Neuza Maria Nogueira Moysés

Introdução

A formação profissional de nível médio há muito ocupa espaço nas discussões relativas ao desenvolvimento de recursos humanos e qualquer iniciativa em prol da qualidade da assistência a saúde da população merece e deve ser estimulada. O Projeto Larga Escala foi uma dessas iniciativas e ainda hoje influencia a formação de nível médio na saúde. Com a Reforma Sanitária e a criação do SUS, gradativamente vem se observando a ampliação da compreensão do processo saúde-doença e, também, dos limites do ensino oferecido, a partir da inserção dos determinantes sociais e o estabelecimento da relação entre os problemas de saúde da população com tais determinantes.

Justificativa

É importante que as alterações que ocorrem na esfera da educação na saúde sejam acompanhadas e analisadas, sendo esse um dos aspectos contemplado no estudo proposto. Para transformar a realidade é preciso construir novas práticas de formação e de gestão na saúde, tornando necessário que a educação profissional se fundamente numa concepção que amplie os horizontes de interesses da sociedade e, ainda, colaborar para fortalecer a visão de mundo que posiciona e compreende o homem como centro das preocupações.

Objetivo geral

Estudar efeitos ocorridos na prática profissional dos egressos do Curso de Formação de Auxiliar de Enfermagem realizado de 1995 a 1997 pela Escola de Formação Técnica em Saúde “Enf^a. Izabel dos Santos” (ETIS), da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SESDEC/RJ), no município de Natividade/RJ.

Objetivos específicos

- a) Descrever o processo de implantação e implementação do Curso de Formação de Auxiliar de Enfermagem, realizado de 1995 a 1997 no município de Natividade/RJ;
- b) Identificar efeitos produzidos na rede básica de saúde no município de Natividade/RJ, em decorrência e como resultado do Curso;
- c) Propor medidas para instituir um processo de avaliação dos cursos ministrados aos trabalhadores da área da saúde.

Metodologia

O estudo será realizado utilizando, essencialmente, os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de documentos e registros da Escola de Formação Técnica de

Saúde “Enf^a. Izabel dos Santos” e da Secretaria Municipal de Saúde de Natividade/RJ e aplicação de questionário aos 21 egressos do Curso de Auxiliar de Enfermagem. As informações e dados obtido serão categorizados e analisados/discutidos, considerando os referenciais teóricos norteadores do estudo.

Resultados esperados

Conhecer os efeitos/transformações na rede básica de saúde do Município de Natividade/RJ, em conseqüência do Curso de Formação de Auxiliar de Enfermagem, buscando estabelecer indicadores para um Projeto de Avaliação Institucional dos cursos promovidos e realizados pela Escola de Formação Técnica em Saúde “Enf^a Izabel dos Santos” (ETIS/SESDEC-RJ).

AValiação DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE: ANÁLISE DOS PROCESSOS AVALIATIVOS DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS PROF.^a ENA DE ARAÚJO GALVAO, NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

ALUNA

Sílvia Helena Mendonça de Moraes

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

ETSUS Prof^a Ena de Araújo Galvão – Mato Grosso do Sul

E-MAIL

silvia.moraes@saude.ms.gov.br

ORIENTADOR

Carlos Otávio Fiúza Moreira

Introdução

A Escola Técnica do SUS (ETSUS) Prof^a. Ena de Araújo Galvão, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, é uma instituição pública de ensino que tem como missão a formação de trabalhadores de nível médio em saúde. Há nos projetos de cursos da ETSUS informações que estabelecem parâmetros para se construir avaliação da aprendizagem dos alunos de modo coerente com os pressupostos metodológicos adotados. Entretanto, a ausência de um espaço capaz de permitir aos professores reflexão sobre esse processo faz com que a avaliação seja realizada isoladamente, sem um

acompanhamento sistemático coletivo para saber se ela atende aos seus propósitos. Justificativa: Pensar e realizar avaliação hoje, numa instituição de ensino que tem como missão primordial a formação de trabalhadores para o SUS, é pensar em uma nova forma de avaliar. Assim, avaliar alunos trabalhadores neste contexto não pode ser apenas aferir se eles assimilaram ou não os conhecimentos trabalhados, mas como eles podem utilizá-los no seu fazer profissional. Como então a avaliação prescrita nos projetos de cursos se realiza efetivamente? Como é a prática docente no que diz respeito aos processos de avaliação dos alunos? Essas são algumas questões que desafiam educadores e gestores da ETSUS Prof^a. Ena de Araújo Galvão.

Objetivo geral

Analisar os processos (modelos e práticas) de avaliação da aprendizagem dos alunos da ETSUS Prof^a. Ena de Araújo Galvão.

Objetivos específicos

- a) Analisar os projetos dos cursos técnicos, tendo como foco a questão da avaliação discente;
- b) Analisar os planos de ensino ou programas e os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores;
- c) Analisar o modo como os professores representam suas práticas, quanto ao processo de avaliação;
- d) Sugerir possíveis mudanças nos processos de avaliação da Escola.

Metodologia

Na pesquisa serão utilizadas as seguintes fontes de informação:

- a) Oito entrevistas semi-estruturadas com oito professores dos cursos técnicos realizados no período de 2003 a 2008 (Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Hemoterapia e Técnico em Radiologia);
- b) Aplicação de questionário para todos os professores dos cursos citados, perfazendo um total de 80 profissionais;
- c) Instrumentos de avaliação, planos de ensino ou programas, projetos dos cursos.

Resultados esperados

Realizar um estudo acerca da avaliação da aprendizagem poderá contribuir para que os corpos docente, pedagógico e discente da ETSUS Prof^a. Ena de Araújo Galvão possam refletir sobre este tema e repensar as práticas avaliativas. Tem-se como expectativa não só a aplicação do conhecimento sobre o tema – que inclui a transformação dos processos de ensino – aprendizagem - mas também possíveis mudanças do processo de trabalho como um todo, vislumbrando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos alunos-trabalhadores da Escola.

O PERFIL DE COMPETÊNCIAS DO TRABALHADOR DE NÍVEL TÉCNICO NO CAMPO DAS VIGILÂNCIAS

28

ALUNA

Tânia Kátia de Araújo Mendes

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora - Alagoas

E-MAIL

tk-mendes@uol.com.br

ORIENTADOR

Sérgio Pacheco de Oliveira

SEGUNDO ORIENTADOR

Marismary Horsth De Seta

Introdução

A descentralização das Ações das Vigilâncias para os municípios, aponta a necessidade de formas mais expressivas de articulação entre as práticas de atenção individual e coletiva executadas pelos serviços de saúde. Esse reordenamento das ações preventivas, assistenciais e de promoção da saúde demanda novas práticas na Gestão, no Controle Social e na Assistência, assim como exige das instituições formadoras em saúde a revisão de muitos dos seus pressupostos. As mudanças esperadas ocorrerão com base na definição e aprovação da atual política definida para o Setor, mas sabe-se que depende fortemente de ações estratégicas no campo da educação na saúde.

Justificativa

O estudo é relevante porque contribuirá com as Escolas Técnicas do SUS, que têm a missão de qualificar e formar trabalhadores de nível médio do SUS, já inseridos nos serviços e devem pensar uma formação para os trabalhadores desse nível que estão atuando nas vigilâncias, principalmente porque a maioria deles não apresenta formação específica nesse campo e têm sido qualificados através de capacitações pontuais, voltadas para o seu trabalho específico. Hoje, com a descentralização, muitos deles, além de oriundos instituições diversas, apresentam diferentes graus de escolaridade e têm sido tratados pelo sistema de saúde como meros operadores de prescrições técnicas, normatizações, legislações e atividades de controle e erradicação de doenças. Diante desse contexto, cabe a pergunta: Qual é o perfil de competências esperado para o trabalhador de nível técnico da Vigilância?

Objetivo geral

Delinear o perfil de competências para a formação do trabalhador de nível técnico da Vigilância, a partir do seu processo de trabalho.

Metodologia

É um estudo qualitativo a ser aplicado em cinco municípios, escolhidos por sorteio, em cada uma das cinco Regiões que compõem o estado. Será usada a técnica de observação participante e utilizados roteiros semi-estruturados, aplicados a quinze trabalhadores de nível médio das Vigilâncias e gestores de saúde dos municípios. Os trabalhadores que participarão do estudo serão selecionados por sorteio, nos municípios que têm mais de três trabalhadores de nível médio na Vigilância. Os secretários de saúde serão consultados quanto às questões político-gerenciais que envolvem as

Vigilâncias locais e sobre suas impressões e expectativas acerca do desempenho profissional desses trabalhadores de nível médio. Os trabalhadores serão investigados quanto às questões de estrutura e funcionamento das Vigilâncias, atividades que realizam, envolvimento com outros atores, questões sobre sua qualificação profissional, suas dificuldades e fatores facilitadores do processo de trabalho. A partir desse levantamento, será realizada uma comparação com o que está proposto nos documentos oficiais da Educação Profissional de nível técnico para o país no campo das Vigilâncias, e será delineado, o perfil de competência para esses trabalhadores.

Resultados esperados

Subsidiar a Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora na construção do processo formativo dos trabalhadores das Vigilâncias, contribuindo com a implementação dessas ações nos municípios do Estado de Alagoas.

AS POLÍTICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

29

ALUNA

Tereza C. Guimarães

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Formação Técnica em Saúde “Enfª Izabel dos Santos”

E-MAIL

sdrh@saude.rj.gov.br

ORIENTADOR

Maria Alicia Ugá

SEGUNDO ORIENTADOR

Antenor Amâncio Filho

Introdução

Uma das ações estruturantes da área de recursos humanos em saúde foi a criação, no Ministério da Saúde, em 2003, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), com dois departamentos: o de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS) e o de Gestão da Educação em Saúde (DEGES). Este projeto trata dos limites e possibilidades da política de educação da força de trabalho no setor saúde, liderada e implementada pela SGTES, tendo em vista os efeitos do processo de flexibilização, com a precarização dos vínculos de trabalho no Sistema único de Saúde. Sem dúvida que a formação dos profissionais da saúde permanece um grande desafio para o SUS, posto que essa formação ainda tem como foco central a cura do doente, em detrimento de um maior

conhecimento e domínio de ações de prevenção da doença e de promoção da saúde. Esse processo educacional vigora apesar das necessidades de transformação, sendo pouco valorizadas e debatidas questões importantes como formação/mercado de trabalho, complexidade da assistência/impactos na sociedade, vínculos de trabalho / interferência na qualidade da assistência, financiamento do SUS, que terminam subsumidas no processo de formação.

Justificativa

O estudo pretende contribuir na consolidação de políticas para o desenvolvimento dos recursos humanos mais condizentes e necessárias ao Sistema Único de Saúde. A flexibilização com precarização atinge os três níveis de governo: pesquisas apontam que do total de empregos em saúde (2,5 milhões), 30% (750.000) são contratos precários de trabalho. Os aparelhos formadores de nível superior se multiplicam, de 1995 a 2001 os cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem aumentaram as vagas em 24,7%, 68,5% e 99,1%, respectivamente, tendo sido formados um grande número trabalhadores sem a qualificação e requerimentos propostos pelo SUS.

Objetivo geral

Analisar a política da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no período de 2003 a 2007, em seus limites e possibilidades no processo de qualificação da força de trabalho no SUS, frente à flexibilização dos vínculos de trabalho.

Objetivos específicos

- a) Analisar a Agenda Positiva proposta pela SGTES/MS;
- b) Analisar, do ponto de vista histórico, a modalidade da flexibilização dos vínculos de trabalho no Brasil na área da saúde;
- c) Buscar relacionar as políticas de formação e desenvolvimento de recursos humanos com o enfrentamento da flexibilização dos vínculos de trabalho.

Metodologia

Levantamento e análise bibliográfica e documental sobre o tema objeto do estudo; realização de pesquisa quantitativa com dados disponíveis na Rede Observatórios de Recursos Humanos em Saúde, nos Conselhos profissionais e em bases de dados de instituições oficiais dos setores da educação e da saúde. Serão realizadas entrevistas com perguntas semi-abertas a gestores do CONASS e CONASEMS e representantes de órgãos estaduais estratégicos da área da gestão do trabalho e da educação em saúde.

Resultados esperados

Contribuir nas reflexões sobre a conformação de políticas públicas de educação permanente na saúde, diante dos efeitos da precarização dos vínculos de trabalho.

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA NO ESTADO DE MATO GROSSO

30

ALUNA

Vanessa Thaís Bonfim Vilas Boas

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

E-MAIL

vanessa.vilasboas@hotmail.com

ORIENTADOR

Maria Helena Magalhães de Mendonça

Introdução

As sucessivas mudanças impressas no sistema de saúde brasileiro desde a implantação do SUS e a adoção da estratégia Saúde da Família pelo Ministério da Saúde, em 1994, como a política nacional de Atenção Primária (AP), têm apresentado desafios ao sistema formador de recursos humanos para a saúde. Tais desafios se constituem em formar profissionais com competências complexas, no sentido de assumirem uma postura de compromisso com um novo “modo de fazer saúde”, consolidando o modelo de atenção baseado na AP. Os cursos de especialização em Saúde da Família aparecem neste contexto com o objetivo de contribuir para a implantação desta política, corrigindo as falhas da formação profissional. A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT), desde a sua criação em 2000, tem contribuído para a formação de profissionais de equipes de Saúde da Família no estado, desenvolvendo programas de pós-graduação lato sensu, seja em formato de residência multiprofissional ou de especialização.

Justificativa

No período de 2005 a 2006 foram realizadas quatro turmas do curso de Especialização Modular e Integrado em Saúde da Família (CEMISF) nos municípios de Cáceres, Tangará da Serra, Barra do Garças e Sinop, com média de 40 alunos matriculados em cada turma, perfazendo um total de 150 alunos, dos quais apenas 41 (27,3%) concluíram o processo de formação com a entrega das monografias. Tal resultado, aliado ao desejo de contribuir para a institucionalização da avaliação na ESPMT, com vistas à busca da qualidade de seus processos de formação, embasam a proposta deste estudo.

Objetivo geral

Avaliar a implementação das quatro turmas do CEMISF desenvolvidas pela ESPMT no período de 2005 a 2006, com vistas à melhoria e consolidação do processo de formação de especialistas em Saúde da Família no âmbito da referida escola.

Metodologia

Realização de pesquisa avaliativa, de abordagem qualitativa, adotando como estratégia o estudo de caso. Serão utilizados dados provenientes da análise de documentos relacionados ao curso, aplicação de questionários semi-estruturados, com questões fechadas e abertas, auto-aplicáveis, aos alunos que concluíram todos os componentes curriculares do curso, coordenadores e um grupo de docentes do mesmo, bem como de entrevista a ser realizada com o sujeito que exercia o papel de gestor da ESPMT à época da concepção da proposta do curso. As respostas às questões fechadas dos questionários serão analisadas pela frequência das respostas, utilizando-se o software SPSS. No caso das respostas às perguntas abertas do questionário e as da entrevista, será realizada análise de conteúdo.

Resultados esperados

Espera-se que os achados desta avaliação contribuam para aumentar a qualidade do curso por meio da melhoria de seu processo de implementação, apontando elementos que norteiem uma provável reestruturação do curso, além de contribuir na indicação de recomendações para a área de qualificação de recursos humanos que atendam às necessidades pertinentes à estratégia Saúde da Família. Busca-se, ainda, contribuir com outras instituições de ensino em seus processos de avaliação de cursos, nos quais o método utilizado neste estudo possa ser adaptado e replicado.



Evento inaugural do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Turma 2008/2009

Audatório da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 14 de julho de 2008

Formato: 160x240mm.
Tipologias: Helvetica Lt Std.
Papel: Couchê Matte 90g/m2
Capa: Cartão Duo Design 350g/m2
Ctp Digital: Walprint
Impressão e Acabamento: Walprint
Rio de Janeiro, Setembro de 2009
echoes4ever - Design Studio